



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR “PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA
NEVES”

LETÍCIA DAS MERCÊS SOUZA

**A ECONOMIA BRASILEIRA SOB UMA GESTÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO DO
GOVERNO JK (1956-61)**

SÃO JOÃO DEL - REI
2015

LETICIA DAS MERCÊS SOUZA

**A ECONOMIA BRASILEIRA SOB UMA GESTÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO DO
GOVERNO JK (1956-61)**

Monografia apresentada ao curso de
Administração do Instituto de Ensino Superior
“Presidente Tancredo de Almeida Neves” – IPTAN
– como requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Administração, sob orientação do
Prof. Msc. Leonardo Henrique de Almeida e Silva.

SÃO JOÃO DEL - REI
2015

LETÍCIA DAS MERCÊS SOUZA

**A ECONOMIA BRASILEIRA SOB UMA GESTÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO DO
GOVERNO JK (1956-61)**

Monografia apresentada ao curso de
Administração do Instituto de Ensino Superior
“Presidente Tancredo de Almeida Neves” – IPTAN
– como requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Administração.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Msc. Leonardo Henrique de Almeida e Silva

Prof. Msc. Clodoaldo Fabrício José Lacerda

Prof. Msc. Luciano Isaac

Aprovado em _____

DEDICATÓRIA

Impressiona-me tua exatidão, e principalmente tua misteriosa precisão, assim descrevo a ação de Deus em meu viver, que se mostrou infinitamente generoso, me concedendo muito mais do que eu merecia. Agradeço a Deus por me ajudar a superar todos os obstáculos, durante toda a vida acadêmica e em especial durante este trabalho monográfico, sempre me mostrando o caminho certo a seguir. Hoje fica a certeza que o Senhor me Deus, me guia em cada um dos sonhos que coloca dentro do meu coração.

RESUMO

A pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica a partir de importantes autores das áreas de economia e gestão estratégica. O estudo foi realizado com objetivo de analisar descritivamente o cenário político-econômico e as estratégias de governo adotadas na gestão pública, por Juscelino Kubitschek, na implementação do Plano de Metas, no período de 1956 a 1961. O estudo monográfico será realizado em três etapas, sendo que na primeira se abordará os antecedentes do governo, o segundo o plano econômico adotado pelo mesmo e no terceiro as posteriores análises do método de governo, com o crescimento da industrial e alta do PIB que traz como consequência dos gastos públicos o aumento inflacionário. Trata-se de uma análise da forma de gerir de JK, sua forma de gestão combinada às estratégias adotadas, assim como as questões econômicas, e suas consequências para o desenvolvimento do país. Após a análise do contexto encontrado antes do governo, medidas implementadas e resultados posteriores, é possível compreender as reais consequências do plano de governo para o crescimento econômico brasileiro.

.

Palavras-chave: economia, estratégia de governo, gestão pública, JK, Juscelino Kubitschek.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Previsão de “Tempos” no plano de investimentos do governo JK	23
FIGURA 02 – Disponibilidade de recursos 1955/60	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Veículos automotores – metas/resultados	33
TABELA 02 – Taxas de crescimento do produto e setores (1955-1961).....	33
TABELA 03 – Volume de investimentos em bilhões de Cr\$ e milhões de US\$ no período de 1957-61	38
TABELA 04 – Plano de Metas – previsão e resultados, 1957 - 1961.....	45
TABELA 05 – Economia brasileira: síntese de indicadores macroeconômicos – 1956-1963 (médias anuais por período).....	46
TABELA 06 – Brasil: PIB por classe de atividade econômica, 1947 – 1963 (Participação percentual média do período).....	49
TABELA 07 – Brasil taxas de crescimento do PIB e produto industrial, 1950-1963 (Porcentagem em relação ao ano anterior)	50
TABELA 08 – Valor adicionado industrial em 1952 e 1961	51

LISTA DE SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Cr\$	Cruzeiro (moeda vigente no período)
IGP	Índice Geral de Preços
JK	Juscelino Kubitschek
KW	Kilowatt
KM	Quilômetros
MG	Minas Gerais
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PIB	Produto Interno Bruto
SUMOC	Superintendência da moeda e do Crédito
T	Tonelada
Us\$	Dólar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ASPECTOS GERAIS SOBRE A ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO JK.....	13
1.1 Fatos que antecedem a posse	13
1.1.1 Biografia e trajetória política de Juscelino	13
1.1.2 Cenário político-econômico pré-governo JK.....	16
1.2 Ideologias do desenvolvimento segundo Juscelino	16
1.2.1 Formulação da política econômica	16
1.2.2 Nacionalismo desenvolvimentista.....	20
1.3 Gestão estratégica aplicada durante o governo	22
1.3.1 Planejamento e alianças estratégicas.....	22
1.3.2 Formulação <i>versus</i> implementação.....	24
1.3.3 Busca por eficiência nos objetivos.....	26
2 PLANO DE METAS: FUNDAMENTOS E AREAS DE ATUAÇÃO	28
2.1 Definições e origem.....	28
2.2 Áreas de atuação e investimentos	31
2.2.1 Infraestrutura com foco na industrialização.....	31
2.2.2 Abertura ao capital externo.....	34
2.3 Medidas de implementação do plano e sua administração.....	37
2.4 Construção da nova capital federal: Brasília	41
3 REFLEXOS DO PLANO NO CENÁRIO SOCIOECONOMICO BRASILEIRO	44
3.1 Relações dos indicadores econômicos e sociais	44
3.2 Consolidação da nova estrutura industrial brasileira	48
3.3 Discursos de Juscelino <i>versus</i> medidas implementadas no governo	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	62

INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 1950 foi uma época de grandes mudanças na forma de gerir o país, sendo o período de governo de Juscelino Kubitschek chamado popularmente de “Anos Dourados” (1956-61), ou seja, período em que o país passou por uma grande transformação sócio-econômica, saindo de um perfil agrário rumo a um industrial, mais desenvolvido e com maior abertura ao mercado externo. A emblemática frase que marca o período é a seguinte: “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, assim sendo seu ideal foi industrializar em um curto espaço de tempo, de maneira acelerada, estimulando o progresso econômico através da entrada de capital estrangeiro no Brasil.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek foi considerado um líder desenvolvimentista, afinal buscou trazer para seu programa de governo ações inovadoras, fortalecendo a indústria nacional com o processo de substituição das importações, fato que modificou a política da época. Segundo a ideologia de Kubitschek era o nacionalismo que definia o desenvolvimentismo, refletindo a partir disto, o Brasil deveria crescer sem se inferiorizar perante os demais países do mundo. Com isso foi adotado o Plano de Metas, que era um conjunto de 30 objetivos almejados, com atuação em diversos seguimentos da economia. Seus resultados foram em grande parte favoráveis, principalmente considerando o crescimento da indústria de base, fundamental no processo de industrialização e o PIB que teve crescimento considerável, esses são exemplos de consequências do programa.

O plano econômico adotado trouxe reflexos sociais, econômicos e políticos para o Brasil, dessa forma se torna relevante que os estude que busque aprofundar na análise do governo JK. Diante disto o presente estudo responde o seguinte problema de pesquisa: Quais os efeitos sócio-econômicos do Plano de Metas sobre a economia brasileira no período 1956-61?

Após o período da segunda guerra mundial e governos Vargas e Café Filho, o Brasil passava por um momento de dificuldades em sua economia, com a superprodução cafeeira, déficits no tesouro nacional, um alto desequilíbrio econômico,

além da dificuldade de administrar a balança comercial. A economia nacional, desde que era colônia de Portugal, esteve atrelada a comercialização estrangeira, com normas e políticas direcionadas por seus parceiros comerciais, mas Juscelino Kubitschek por sua vez, trouxe uma nova ideologia, a desenvolvimentista. A justificativa deste trabalho se dá principalmente pela referência que JK se tornou como gestor, afinal trabalhava suas metas sempre valorizando trabalhos em equipe e alianças estratégicas. Seu direcionamento para o futuro se tornou uma de suas maiores marcas, defendendo a soberania do Estado perante a internacionalização, além de também priorizar o manejo de ações econômicas que visassem à adoção da política de substituição das importações. Tinha como um dos principais objetivos fortalecer a indústria nacional, gerando emprego e renda assim como um real crescimento econômico.

O presente estudo busca analisar o contexto político-econômico do período, as estratégias de um presidente visionário e referentes projetos adotados, fatos estes que são de suma relevância para uma boa compreensão do desenvolvimento econômico brasileiro. Desta forma o presente trabalho também se justifica por se tratar de uma época de grandes mudanças, assim sendo se torna importante avaliar o cenário herdado, que viabilizaram as mudanças adotadas, e as políticas implantadas que desencadeando o início do desenvolvimento brasileiro no período.

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o cenário político-econômico e as ações estratégicas adotadas por Juscelino Kubitschek, na implementação do Plano de Metas, no período de 1956 a 1961. Busca-se também como objetivos específicos, realizar uma revisão histórica do período que antecede ao governo de Kubitschek, e heranças econômicas do governo anterior; além de analisar o perfil e a história de Juscelino, que o caracteriza como um gestor desenvolvimentista, assim como um estudo do planejamento estratégico implantado; apresentar o Plano de Metas o qual trouxe grandes investimentos a várias áreas socioeconômicas do país, retratando os investimentos feitos para a construção de uma nova capital Federal: Brasília, de tal forma evidenciar os indicadores econômicos e sociais do período, e os

comparar a resultados anteriores e posteriores ao governo; e por fim analisar os alcances do plano em âmbitos sociais e econômicos.

Neste estudo monográfico o método de abordagem ao tema se fez por meio de uma análise descritiva da economia brasileira durante a segunda metade da década de 1950. Buscou investigar processos e acontecimentos do período, para que se pudesse entender as significativas mudanças e transformações ocorridas durante o governo Kubitschek. O meio de pesquisa usado foi uma revisão bibliográfica através de uma bibliografia documental qualitativa, tendo como fontes de pesquisa livros, monografias, dissertações, teses e sites especializados, onde foram analisados dados expressos em palavras, ou seja, análises dos dados quantitativos, que mostrarão a avaliação do desempenho das ações desenvolvidas.

No primeiro capítulo aborda o período anterior à posse de Kubitschek, sua trajetória política e o cenário político econômico da época que viabilizaram a formulação da ideologia desenvolvimentista juntamente com uma boa gestão estratégica, fatos de grande importância para o desempenho das ações do governo no período.

Já no segundo capítulo trás análises, origens e definições do que foi o Plano de Metas, assim como as áreas de atuação e medidas aplicadas, como foram estruturadas e formadas as bases de trabalho. Também serão abordados os desafios encontrados para que se concretizasse a construção nova Capital Federal do Brasil: Brasília.

No terceiro e ultimo capítulo foi realizado um comparativo dos indicadores econômicos e sociais, antes e depois dos cinco anos de governo, assim como seus reflexos na dívida externa e índices de inflação e, por fim, um paralelo entre os discursos de JK e as ações que veridicamente foram implantadas, assim como a forma de execução destas.

1. ASPECTOS GERAIS SOBRE A ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO JK

Este capítulo visa tratar de todo o contexto histórico que antecede a posse de Juscelino Kubitschek, sua trajetória política e mudanças na estrutura econômica brasileira que vinha desde a crise de 1929. Analisar os efeitos na agricultura cafeeira que acumularam com as dificuldades que a II Guerra Mundial causou ao comércio internacional. Será tratado também da base nacionalista que trouxe o desenvolvimentismo como política econômica, assim como a gestão estratégica implantada pelo governo para que fossem colocados em prática os objetivos idealizados.

1.1. Fatos que antecederam a posse

1.1.1. Biografia e trajetória política de Juscelino

Juscelino Kubitschek de Oliveira, nascido em Diamantina, interior do estado de Minas Gerais em 12 de setembro de 1902, filho de João César de Oliveira e de Júlia Kubitschek, foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil durante o período de 1956 a 1961 (FGV, 2015, s.p.).

Conforme descreve ainda a FGV (2015, s.p.), ainda muito novo fôra seminarista, mas não se identificando com a vida religiosa, resolvera um pouco mais tarde estudar para ser um profissional da saúde, sendo que durante este tempo exercera a função de telegrafista, até se formar em 1927 como médico.

Logo que se formou, se dedicou a causas humanitárias de promoção à vida. Posteriormente fez um curso de especialização em Urologia em Paris (França), por isso acaba se ausentando durante um tempo, período contribuiu também para o mesmo observasse as formas de gerir europeias, em que quando volta ao país, o cenário político já passava por turbulências devido à Revolução de 1930. Juscelino ainda não

possuía ideais políticos, assim sendo integra o corpo clínico do Hospital Militar da força pública do Estado de Minas Gerais, logo após casa-se com Sara Gomes de Lemos (FGV, 2015, s.p.).

Seu primeiro ato político fora como uma espécie de “advogado” de seu município natal, como chefe do gabinete civil de Valadares.

Em abril de 1934, por influencia de Valadares, filiou-se ao partido progressista de Minas Gerais (PP) com o objetivo de concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de outubro seguinte. Em setembro foi indicado por Antônio Carlos para ocupar a secretaria do partido. Realizadas as eleições em outubro, Juscelino foi eleito para seu primeiro mandato parlamentar, iniciado em maio de 1935 (FGV, 2015, s.p.).

Pouco tempo depois de ser eleito em seu primeiro mandato, o congresso foi fechado com o golpe de Vargas em 1937, com isso Juscelino perde seu mandato e volta à medicina. Em 1940 volta a política com sua nomeação como Prefeito de Belo Horizonte – MG.

É na prefeitura de Belo Horizonte, então com duzentos mil habitantes, que Juscelino vai descobrir e revelar sua principal e maior vocação: a de executivo, homem de ação, extraordinário empreendedor público. Mostra tirocínio administrativo e político, capacidade de inovar de assumir riscos, coragem. Distingue-se claramente do modelo típico de governante da época: o autoritário e preso a velhas rotinas. Moderniza, participa, dinamiza, democratiza. Projeta, executa, fiscaliza, avalia, inaugura, divulga. Nova mentalidade, novo modo de governar (COUTO, 2011, p.80).

Como destaca Couto (2011, p.87) após o mandato como prefeito de BH, Juscelino ajudou na criação do Partido Social Democrático (PSD), contando com o apoio de Vargas. Neste mesmo ano volta a assembleia constituinte que passa a se chamar Congresso ordinário, como deputado federal.

Em 1950, Vargas e Juscelino candidatam-se de forma democrática, e ganham as eleições, Getúlio para Presidente e JK para governador de Minas Gerais. Em MG Kubitschek considerava que “[...] A base de sua administração seria o binômio energia

e transportes. Tinha como meta prioritária retirar o estado de Minas da posição de estado agropastoril e lançá-lo na fase da industrialização” (FGV, 2015, s.p.).

Após a morte de Vargas, como é esclarecido pela FGV (2015, s.p.) de desejo de JK de se tornar Presidente se tornava latente e em 1955 teve sua candidatura homologada. Com seu pronunciamento as ameaças de intervenção tornara-se mais evidente, e em 3 de outubro aconteceu as eleições de onde Juscelino saiu vitorioso e toma posse como Presidente da República, em 31 de janeiro de 1956 e logo como primeiro atos, aboliu o estado de sítio e a censura e imprensa. Ele trazia consigo certas particularidades que o diferenciava como citado no trecho abaixo:

A característica marcante de JK, como governante, era a ação. A imagem de administrador público arrojado e inovador começaram a ser construída no exercício dos cargos de prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais. Ele acrescentava na presidência da República, a experiência. Sua ideologia era na verdade a ‘ideologia’ das realizações, do trabalho, do desenvolvimento (BENEVIDES, 1976, p. 243, apud, BRUM, 2005, p.233).

Kubitschek se tornou presidente do Brasil, em uma época em que a economia passava por dificuldades decorrentes da grande dependência ao comércio agrário, que vinha sofrendo com baixas transações, desde a crise de 1929 agravados pela segunda guerra mundial, como será detalhado mais a frente.

No próximo subitem é detalhado como estava a situação do Brasil quando Juscelino toma posse da presidência da República e assim também partes do contexto histórico da época.

1.1.2. Cenário político-econômico pré-governo JK

A queda da bolsa de Valores de Nova York em 1929 teve um grande efeito devastador sobre a economia brasileira. O café, principal produto da balança comercial do país, teve uma grande redução em seu valor, consequentemente reduzindo as receitas obtidas sobre o mesmo. Em virtude disto, Getúlio Vargas em seu primeiro governo (1931) institui a mudança no foco econômico e incentivar a indústria de bens de consumo, tirando o foco econômico do comércio cafeeiro, ou seja, o processo de substituição nas importações, porém medidas concretas somente acontecem no Estado Novo (1937-1945) e na década de 1950 com um novo governo (CUNHA, 2012, p.10).

Como afirmam vários autores no período pós-segunda guerra mundial, a economia global passa por um período de grande aumento de preços de produtos importados, em decorrência da alta do dólar. O mercado interno por sua vez acaba por exercer grande pressão sobre o governo que acaba criando:

Um regime cambial isento de restrições [...] efeito imediato dessa liberação foi o aumento violento das importações (115%) em 1946-47 [...] não apenas de bens de capital e insumos básicos [...] mais também de produtos não-prioritários e mesmo supérfluos, tais como automóveis e perfumes (FURTADO, 1998, p.170).

Como descreve Furtado (1998, p. 171) após o período da segunda guerra mundial, passou a prevalecer o capitalismo tecnológico no mundo, e o país não tinha condições de acompanhar desenvolvendo tecnologia autônoma, dependendo assim ainda mais das importações.

O governo que sucede o período de guerra no Brasil traz novas políticas de trabalho, que buscam impulsionar a economia brasileira para um maior crescimento industrial. Durante o governo Eurico Gaspar (1946-1951) foi desenvolvido o Plano *Salte* em que foram trabalhados os seguintes setores: saúde, alimentação, transporte e energia. O Plano que teve duração além do período de governo foi de 1949 a 1954 “[...] foi um importante fator de crescimento industrial do país, no período pós-guerra,

principalmente por sua contribuição á expansão futura de duas áreas estratégicas” (FURTADO, 1998, p.173).

Na década de 1950 os interesses econômicos do mundo estavam voltados a Guerra Fria e países envolvidos, países latino americanos como o Brasil precisaram buscar por capital estrangeiro privado, por isso foram necessários projetos do governo para incentivar os chamados departamentos. (O setor industrial fora favorecido para buscar corrigir o desequilíbrio externo investindo nos seguintes departamentos: I) produtor de bens de produção (produtos que servem como matéria-prima) e II) produtor de bens de luxo (produtos considerados duráveis) (LACERDA, et al, 2008, p.86).

Podem-se citar alguns empreendimentos estatais industriais de Vargas na iniciativa de fortalecer a indústria:

É desse ponto de vista que se entende o bloco de atividades produtivas, que se materializam sob a forma de empreendimentos estatais, consubstanciados na criação da Petrobras, na entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional, na tentativa de pôr em funcionamento a Companhia Nacional de Álcalis na já modesta performance da companhia Vale do Rio Doce no projeto da Eletrobrás enviado ao Congresso Nacional e apenas aprovado dez anos após. Este conjunto de atividades produtivas, com exceção da Eletrobrás, na verdade foi formulado como projeto ainda nos anos da ditadura Vargas, com a ressalta de que o projeto da Petrobras finalmente aprovado pelo Congresso Nacional em 1953 diferia, em muitos aspectos, de suas anteriores formulações (OLIVEIRA, 1980; apud, LACERDA, et al, 2008, p.86).

Com o suicídio de Vargas, seu vice Café Filho assumiu de 1954 a 1955. Nesse período a principal estratégia adotada acabou sendo a Instrução 113 que como esclarece Lacerda, et al (2008, p.89) “[...] permitia a empresas estrangeiras instaladas no país importar maquinas e equipamentos sem cobertura cambial” fato que posteriormente seria um importante instrumento para entrada de capital internacional no governo Kubitschek.

No próximo subcapítulo são apresentados os ideais desenvolvimentistas de JK, que o impulsionaram a buscar por um real plano de governo que visasse maior desenvolvimento para o Brasil.

1.2. Ideologias do desenvolvimento segundo Juscelino

1.2.1. Formulação da política econômica

No mundo após a segunda guerra se tornou de extrema importância a cooperação internacional entre as nações para que houvessem relações que buscassem o desenvolver de cada nação em âmbitos financeiro e social. Os países subdesenvolvidos buscavam manter relações com outros em situação semelhante e/ou com países desenvolvidos, para se beneficiar.

Para Kubitschek era necessário que exportação e importação se complementassem como afirma Cardoso (1978, p. 171):

É com o auferimento da exportação que se adquirem os equipamentos e as matérias primas para a industrialização. E o setor exportador não será prejudicado pela expansão industrial, mas ele mesmo sentirá seus efeitos positivos, quando ela já for suficiente para atender outros mercados além do mercado internacional. Para isso, porém é preciso auxílio de fora até a economia do país conseguir impulso suficiente para caminhar por si mesma.

No período se tinha uma visão de que “[...] a política de desenvolvimento deveria ser uma política nacionalista, a única capaz de levar à emancipação e à plena soberania” (FGV, 2015, s.p), dessa maneira era necessário que se investisse nessa forma de gerir, que serviu para JK como instrumento de mobilização política.

O governo procurou incentivos no capital externo como descreve Cardoso (1998, p.202) foi necessário atrair investimentos para áreas que foram consideradas como prioritárias, buscando melhorar os indicadores sociais da população da época, e também para o processo de industrialização nos setores em que considerou essencial fornecendo incentivos econômicos, pois o considerava que essa era a base para o desenvolvimento econômico. Observando nota-se que mercado externo fôra importante visto que:

A recuperação das economias europeias, num quadro de crescente competição de suas empresas com as norte-americanas, fez com que o Brasil se tornasse um mercado atrativo para a expansão desses capitais (GREMAUD; SAES; JUNIOR, 1997, p.133)

Mesmo com toda a busca por investimentos estrangeiros “[...] é inegável que o governo deu amplo apoio aos empresários nacionais e facilitou investimentos do capital nacional” (FGV, 2014, s.p). Juscelino era um grande defensor do progresso da nação e defendia que somente por meio da industrialização se poderia afastar do passado agrário (fechado somente a produção cafeeira) e recuperar o tempo perdido, para o país se desenvolva plenamente. O governo planejou três principais fontes de financiamento para impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional:

1)Grandes investimentos estrangeiros diretos nos setores básicos da indústria, determinados pelo Plano de Metas. O principal mecanismo para viabilizar esses investimentos foi a Instrução 113, da Sumoc; 2)Grande financiamento externo, sob forma de crédito, para empreendimentos públicos de grande porte – ampliação da Usina de Volta Redonda, construção de usinas hidrelétricas, expansão da Petrobrás, construção de Brasília e outros. Tais empréstimos criariam um forte endividamento externo de curto prazo; 3) Créditos de fornecedores que representavam financiamentos de bancos estrangeiros para a compra de produtos do país de origem (LEOPOLDI , 2000; apud JOAQUIM, 2008, p.26).

O uso da capital internacional é necessário de forma a financiar as necessidades e prioridades do país, mas o mesmo deve ocorrer de modo a não ferir a soberania nacional, ou seja, não deixar-se colonizar novamente, mas sim se abrir ao capital externo para benefício próprio.

No próximo subitem será trazido o ideal de desenvolvimento de JK se baseando no nacionalismo que não deixava o país perder sua soberania.

1.2.2. Nacionalismo desenvolvimentista

Erroneamente tende-se a pensar que crescimento econômico e desenvolvimento econômico tem o mesmo conceito, mas são vertentes diferentes.

Crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam as necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Quando se diz que um país é desenvolvido o que quer resaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, refere-se ao fato de que a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis. (VASCONCELLOS; GREMAUD; JUNIOR, 1996, p. 55).

Juscelino teve como ideologia o desenvolvimentismo que buscava não só o crescimento da produção industrial no país, mas também melhorar a vida da população, conforme esclarece a FGV (2014, s.p.) “[...] nos anos 50 o país vivia sob a égide de uma ideologia prometeica, de crença no desenvolvimento, no progresso e na mudança. Este era um legado deixado por Vargas, do qual JK se apropriou com maestria” e definia o nacionalismo pelo desenvolvimentismo, e com essa definição ele extinguiu qualquer vínculo com o passado de exploração internacional defendendo o amor a nação, o desejo de servi-la, defende-la e honra-la, através do nacionalismo que desenvolvia, enriquecia e como consequência o Brasil se tornara respeitado internacionalmente.

O nacionalismo que objetivamos é o que se fundamenta em nosso desenvolvimento. O nacionalismo que convém ao Brasil é o que tente o coloca-lo entre os demais países do mundo em condições de falar de igual para igual, sem nenhuma subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade (A MARCHA DO AMANHECER, 114 apud CARDOSO, 1978, p.193).

Em algumas vertentes no nacionalismo existe a xenofobia¹ e o isolamento por decorrência da independência política, porém dentro do desenvolvimentismo não. O principal objetivo é encontrar a prosperidade, com isso se torna necessária à colaboração internacional, que seguiria um planejamento que resguardaria o país de qualquer ação que possa vir a atacar a soberania. Pode-se notar que JK:

Coloca a soberania como consequência do crescimento econômico, consistindo este não apenas na simples expansão da produção e renda, mas especialmente na crescente autonomia econômica que o tipo de produção em expansão permite atingir. Pensa na industrialização, no fortalecimento do mercado interno, na possibilidade de chegarmos, por essa via, a um desenvolvimento autossustentado (CARDOSO, 1978,p.101).

Conforme descrição dos autores para Kubitschek o governo dele seria aquele que valorizaria o homem usando de crescimento econômico acelerado, investimento na industrialização e infraestrutura, como consequências haveria: desenvolvimento social, e elevação no nível de vida da população. Juscelino também acreditava que com essas melhorias também atingiriam os demais problemas que a sociedade sofria, reformulando “[...] o desenvolvimento numa fonte de otimismo psicológico e legitimação política” (CAMPOS, 1994, P. 328; apud, BRUM, 2005, P.233).

A partir da busca por desenvolvimento tornou-se necessário um bom planejamento estratégico das medidas implementadas, por isso a gestão estratégica acabou se tornando de grande relevância para JK, assim como descrito no próximo sub capítulo.

¹ A xenofobia como forma de preconceito se caracteriza pela aversão e a discriminação dirigidas a pessoas de outras raças, culturas, crenças e grupos. Essa aversão pode desenvolver sentimentos de ódio, causando animosidade e preconceito com tudo o que ela julga ser diferente (LOUREDO, 2015, s.p).

1.3. Gestão estratégica aplicada durante o governo

1.3.1. Planejamento e alianças estratégicas

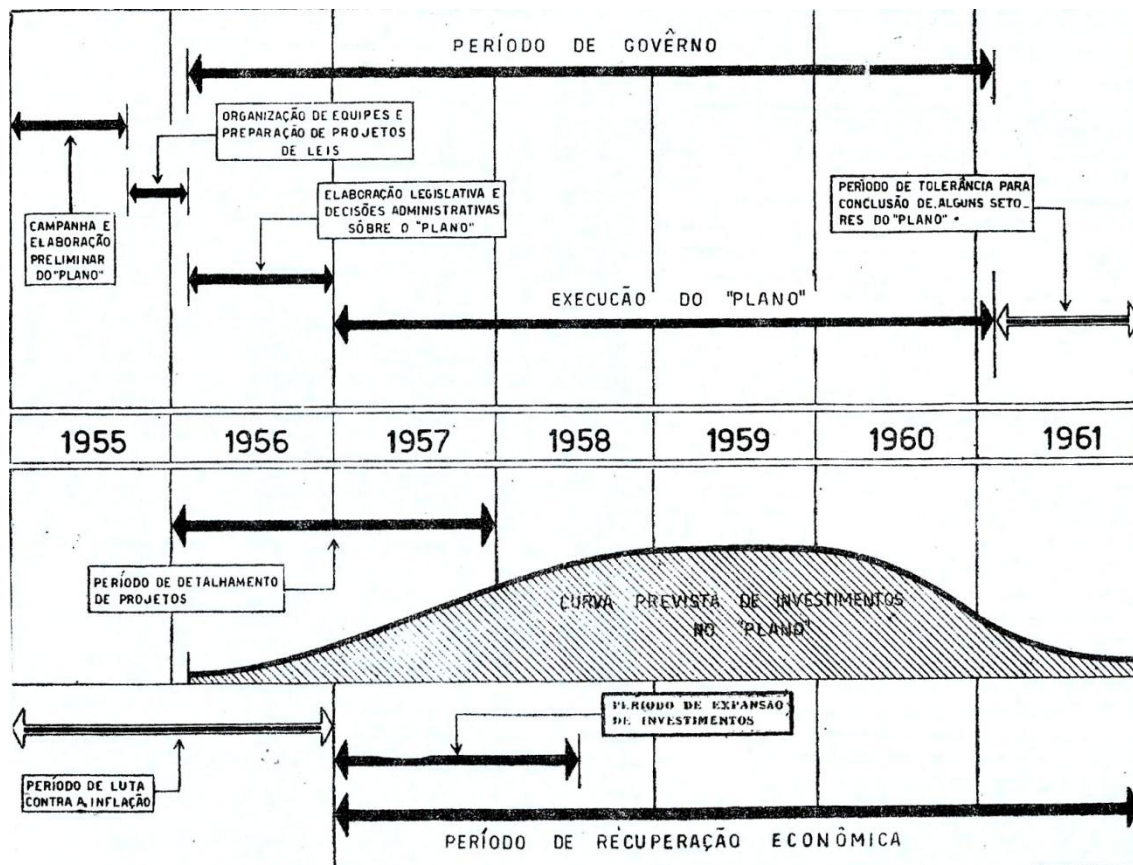
Primeiramente vale resaltar que, a partir de conhecimentos acadêmicos se pode chegar a seguinte definição sobre o que vem a ser o exercício de planejar: pode ser dito como a alocação de ações que objetivem algo no futuro, usando do envolvimento das pessoas, da busca por recursos e também procedimentos necessário para que seja alcançado com efetividade o objetivo previamente traçado.

O planejamento estratégico procura definir a que tempos de necessidades atender e principalmente como atender. Em seu enfoque tradicional, o planejamento a longo prazo projeta, a partir de dados do passado e do presente, como será o futuro, o planejamento estratégico procura saber como e quais necessidades poderão ser satisfeitas, no futuro, em seu âmbito de negócios (TAVARES, 2007, p.69).

A partir dos autores citados anteriormente pode-se perceber que, JK procurou fazer uma previsão de todo seu governo, montou planos de ações do que formulou que seriam impactos (positivos ou negativos) sobre o período de seu governo, levando em consideração o cenário econômico herdado da gestão anterior e também, todo o período que fora planejado para execução do Plano de Metas.

Como retratado na figura a seguir, que até da própria equipe de trabalho Kubitschek se resguardou, o plano foi projetado reservando o tempo necessário para a elaboração preliminar do plano juntamente com o fim do período de campanha, além das organizações das equipes, decisões administrativas, e o tempo necessário para que o plano entrasse em vigência, assim como também o tempo de tolerância para a conclusão.

FIGURA 1: Previsão de “Tempos” no plano de investimentos do governo JK



Fonte: FGV (2015, s.p.).

JK se mostrou muito cauteloso em ações de investimento, na figura 1 é explicitado o período de investimento, uma curva que demonstra que os investimentos no plano. Sendo que pode-se notar que o mesmo resguardou um tempo para o início de seu projeto, chamado de “período de detalhamento de projetos”, que começou em um compasso retraído e mais lento, depois ganha espaço e dinamismo se tornando o “período de expansão de investimentos” atingindo o auge dos investimentos em 1959 (mais a frente será mostrado o avanço do PIB neste momento). No final do período de governo os investimentos deveriam voltar a cair, fechando assim seu período de governo.

Para que sejam encontradas diretrizes que orientem a formulação de um planejamento, é preciso que antes sejam definidos os objetivos almejados e suas áreas

como explica Certo, et al. (2005, p.55). Algumas delas são: o posicionamento de mercado, inovação, níveis de recursos, desempenho, desenvolvimentos dos gestores assim como desempenho e atitude dos envolvidos. No setor público é de extrema relevância que todos os envolvidos no projeto estejam comprometidos para que não ocorra perda de tempo e oportunidade.

Tomando como base os autores pode-se perceber que criar alianças estratégicas para que haja acordos cooperativos tornou-se de grande importância para que aconteça um aprendizado mútuo, onde experiências são trocadas. Usar de apoio que agregue valor, e principalmente buscar de alavancagem que levem ao sucesso, são de suma importância como foi o caso do capital externo aplicado no Brasil que trouxe benefícios para o país que necessitava de investimento sem ter recursos próprios e para os países investidores era uma fonte de renda em um país com um promissor mercado consumidor, em virtude de sua grande extensão territorial.

Por sua vez definir a estrutura das alianças traçadas é o primeiro passo para a eficiência do projeto, ou seja, definir a forma como se vai gerir o acordo e a intensidade cooperativa, o segundo é esclarecer suas funções, ou seja, as atividades a serem traçadas dentro do acordo, e por fim os objetivos gerais que a aliança pretende alcançar (MINTZBERG, et al, 2006, p. 225). Juscelino buscou unir alianças com o mercado internacional para subsidiar o crescimento da economia nacional, desta forma mostra-se a grande importância do planejamento prévio realizado.

No próximo sub capítulo será trazido a formulação estratégica necessária para uma boa implementação do projeto, pensando em todas as partes envolvidas para que se casem buscando atingir o ponto mais próximo do ideal do plano.

1.3.2. Formulação *versus* implementação

O processo de formulação estratégica implica que a empresa faça uma seleção de suas prioridades e com isso estabeleça suas metas e objetivos, posteriormente assumindo o risco de colocar o projeto em prática podendo ou não atingir êxito no que havia planejado.

Pode-se perceber que “[...] O desenvolvimento da estratégia competitiva tem, pois, um caráter amplo de como a empresa competirá, quais devem ser suas metas e quais as políticas necessárias para a consecução das metas” (CARVALHO, LAURINDO, 2007, p.24).

Durante o processo de formulação da estratégia adotada no projeto é necessário que se observe os agentes externos e o meio em que esta sendo desenvolvido. No caso do governo deve ser analisado todo o mercado internacional, agentes internos (como empresários), e até mesmo a estrutura política do país. Devem ser analisados todos os envolvidos para que se desenvolva o projeto de forma adequada.

Como alerta Tavares (2007, p. 73), uma das principais funções da gestão estratégica documental é estabelecer o escopo competitivo, definir as estratégias, direcionar objetivos para se desenvolver planos de ação mais específicos.

O processo de gestão ou formalização do plano vem a ser o esforço para o que é desejável e o que realmente será desenvolvido sejam similares, afinal a implementação é a parte tangível do plano documental idealizado, assim como figura nº 01, que mostrar que desde o início a elaboração do plano de investimentos, levava em consideração o tempo necessário para alocação de recursos, formação das equipes de trabalho e também a elaboração legislativa/decisões administrativas do plano. Assim sendo existem alguns pré-requisitos para implementação de um projeto, como é esclarecido:

Ter um plano formalizado não implica, necessariamente, que ele tenha adotado a gestão estratégica. É relativamente fácil colocar ideias no papel. Sua implementação depende da articulação política, da alocação de pessoas aptas e disponibilização de recursos financeiros, técnicos e materiais (TAVARES, 2007, p.72)

Para a formulação da estratégia ser adotada é necessário que todos os envolvidos na elaboração conheçam e entendam o contexto em que serão implantadas. A partir dos autores citados pode se notar que durante o governo se tornou necessário à divisão de funções em vários ministérios, para que cada ministro ficasse responsável

por sua área de atuação e assim foi compondo o governo, com suas metas e responsabilidades (destacam-se no capítulo 2, mais informações sobre essas equipes).

No próximo subcapítulo será mostrado o quão importante é a busca dos objetivos trazidos para demonstrar como eram necessários.

1.3.3. Busca por eficiência nos objetivos

A formulação dos objetivos deve se dar a partir das perspectivas apresentadas pelos cenários macroeconômicos, buscando oportunidades, diminuindo as ameaças, estabelecendo metas a serem cumpridas de forma a utilizar da maior eficiência possível.

Eficiência é a medida do desempenho do processo de conversão das entradas e saídas, enquanto que eficácia é a medida do grau em que as saídas satisfazem aos requisitos. Eficiência esta relacionada com “fazer as coisas de maneira correta”, com o bom uso dos recursos com a obtenção de resultados de acordo com as coisas certas, de acordo com os objetivos, com foco para o meio externo. (CARVALHO, LAURINDO, 2007, p.19; apud DRUCKER, 1963; LAURINDO, 2002).

Juscelino traçou um Plano Nacional de Desenvolvimento, em que necessitava de grande eficiência para que se fosse executado da maneira mais exata possível, para serem atingidas as áreas previstas, e a partir da eficácia dos objetivos comprovarem o quão úteis eles eram.

Existem algumas diretrizes que auxiliam no desempenhar de objetivos eficazes, como explicam Certo, et al (2005, p. 57) a eficácia dos objetivos determinam o quanto são úteis, por isso são divididos por grupos para que melhor se possa trabalhar-los, são eles: os que exigem esforços, os atingíveis, os flexíveis e os mensuráveis.

A estratégia necessitou ser bem estruturada para que se pudesse atingir a data prevista para a construção de Brasília, que como será apresentado no segundo capítulo, em que poderá se observar que foi mais um exemplo de obra em que houve um bom planejamento e também excelente serviço, buscando seguir seu planejamento inicial. Todas as medidas implementadas foram embasadas em estudos preliminares

que serviram de base para a implementação de todo o plano, e com isso pode ser tomado como um bom exemplo de gestão estratégica aplicada dentro de um governo federal.

Como trazido do decorrer do capítulo dentro da estrutura de um governo federativo as metas e objetivos a serem trabalhadas são analisadas a partir de um contexto holístico da então estrutura nacional e seus aspectos econômicos e sociais. JK considerado por alguns autores como um grande gestor trouxe uma nova visão da organização de governo, envolvendo o planejamento estratégico e a formulação dos objetivos bem a fundo em seus planos, considerando também o quão necessário era se buscar por alianças estratégicas. Pode-se destacar o forte ideal de desenvolvimentismo, mostrado por Juscelino no qual se apoiava um ideal de gerir, que buscava considerar a soberania nacional.

No próximo capítulo serão apresentados os fundamentos e áreas de atuação do plano para melhor compreensão do período de governo.

2. PLANO DE METAS: FUNDAMENTOS E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O denominado Plano de Metas é citado por vários autores como um dos maiores programas de desenvolvimento econômico tendo o Estado como propulsor de um acelerado período de industrialização. O processo de estruturação do plano fôra bastante complexo, visto que contava com uma grande mudança na então forma de gerir as contas públicas redistribuições dos gastos do governo, priorizando as cinco principais áreas selecionadas pelo governo, que serão explicadas durante este capítulo. Será visto também, como se deu a implementação do Plano de Metas, suas diretrizes, áreas de investimentos e, por fim, a construção de Brasília.

2.1 Definições e origem

No capítulo anterior foi dissertado sobre o pensamento desenvolvimentista de Juscelino, que tinha como objetivo dar continuidade ao processo já iniciado no governo que o precedeu, mas JK o projetou de maneira mais aprofundada na industrialização, de forma planejada, fôra tido como objetivos reforçar a infraestrutura de bens e serviços, realizando importações necessárias e freando políticas contracionistas.

Na perspectiva de “libertação do país” de um Estado de grande dependência externa foi necessário que o governo investisse em vários setores da sociedade, foi a partir desta interpretação que Juscelino vislumbrou uma grande possibilidade de mudança no Brasil, rompendo-se com os padrões de subdesenvolvimento. Como alerta Giambiagi et al (2005, p.46) houveram mudanças sociais e econômicas que foram sentidas durante todo o período de governo através das transformações de produção do país, destacando a perda de significativa importância da produção agrária dentro do PIB e relativo ganho de produção no setor industrial, como consequência houve um aumento na urbanização da população do país (GIAMBIAGI; ET AL, 2005, p.46).

O principal projeto do governo foi elaborado a partir de estudos preliminares e assim que Juscelino tomou posse do governo o divulgou “[...] JK lançou o *Plano de Metas*, que mandara elaborar com base nos estudos feitos pelo grupo BNDE-Cepal que

visava superar os pontos de estrangulamento identificados pelos estudos da comissão mista Brasil-Estados Unidos”(SOUZA, 2008. p. 31). O Plano era composto por 31 metas, sendo que a última era considerada uma meta-síntese, a construção da nova capital federal – Brasília – no Planalto Central.

Kubitschek buscou honrar seu slogan de campanha - “50 anos em 5” - com seu projeto, ou seja seu programa de governo era tão ousado que objetivava um desenvolver em um curto período de tempo. A gestão buscou pela política de substituição das importações que pode ser entendido por:

Um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que respondendo as restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (TAVARES, 1972, p.72 apud GREMAUD; SAES; JUNIOR, 1997, p.109).

A política adotada poderia ser considerada como um estrangulamento externo, em virtude do principal investidor da economia nacional ser o capital internacional e isso implica em um alto grau de dependência, mas a lógica do Plano de Metas iria além disso, pois se fundamentava em realizar a montagem de uma forte estrutura industrial que viesse a ser a base de uma economia industrial robusta no Brasil.

O plano se pautava bastante no fato de se aprofundar na indústria de bens duráveis, que era uma demanda latente da sociedade, que vivia uma concentração de renda muito grande em algumas categorias sociais. Notava-se no setor de bens de longa duração uma importante fonte de crescimento econômico, que causava efeitos interindustriais sobre a demanda por bens intermediários e de consumo leve, além da decorrente geração de emprego e renda (SOUZA, 2008, p. 37).

Como dissertado pelos autores os investimentos que ocorreram devem-se a um tripé estabelecido pelo governo, composto pelas empresas estatais, capital privado estrangeiro e nacional (em menor parcela), estabelecendo relações para que houvesse um equilíbrio necessário para implantação do plano estabelecido. As metas do Plano eram audaciosas, e suas dimensões eram maiores do que o país poderia suportar desta forma “[...]Entre as fontes de financiamento na época incluíam-se: aumento das

exportações [...], aumento da poupança [...], aumento da arrecadação pública [...], capital estrangeiro [...], aumento da emissão de papel moeda[...]" (BRUM, 2005, p. 239).

A partir dos estudos preliminares realizados pôde-se notar a carência de alguns setores específicos, assim como citam alguns autores, foi levando em consideração a situação dos países da Europa que se recuperavam no pós II Guerra Mundial e as estratégias de reedificação adotadas pelos mesmos que JK entendeu que o Brasil necessitava seguir os passos dos países que estavam se reestruturando. Abaixo serão discriminadas as áreas que foram contempladas pelo plano de Metas:

- 1) Incentivos estatais em infraestrutura, principalmente transporte e energia elétrica, sendo que, na área de transporte, a ênfase passava da ferrovia para a rodovia;
- 2) Incentivo ao aumento da produção de bens de capital, como máquinas e equipamentos, e de bens intermediários, como aço, carvão, cimento, zinco, etc.
- 3) Incentivo à introdução dos setores de bens de consumo durável
- 4) Estimulo à produção de alimentos (SOUZA, 2008, p.30).

Dentro das áreas foram descritos as 31 metas a serem atingidas, o respectivo percentual de investimentos, que se concentra principalmente nos investimentos em infraestrutura:

- Energia (metas 1 a 5, com 43,4% dos investimentos): energia elétrica, nuclear, aproveitamento do carvão, aproveitamento do petróleo, produção de petróleo, refino de petróleo;
- Transporte (metas 6 a 12 com 29,6% dos investimentos): reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, construção de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos;
- Alimentação (metas 13 a 18, com 3,2 % dos investimentos): trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes;
- Indústrias de base (metas 19 a 29, com 20,4% dos investimentos): aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico;
- Educação (meta 30, com 3,4% dos investimentos), sendo a prioridade voltada à formação de pessoal técnico para as atividades produtivas; (BRUM, 2005, p.234).

A meta de número 31 como já foi citada anteriormente foi à construção de Brasília, que fora uma promessa de campanha de Juscelino. Em governos anteriores já era mencionada retirada da capital federal do Rio de Janeiro, mas somente JK veio a tomar essa iniciativa de realmente idealizar e realizar a mudança, e construir um novo espaço para o governo, longe dos agitados centros econômicos do Sudeste.(CHAIA, 2008, p. 166).

No próximo sub capítulo será apresentado as áreas de investimentos do plano, a infraestrutura com seu principal foco no processo industrial assim como a abertura econômica a entrada de capital externo.

2.2. Áreas de atuação e investimentos

2.2.1. Infraestrutura com foco na industrialização

O consumo na década de 1950 teve um grande aumento tanto nas questões qualitativas, uma vez que o consumidor passa a prezar por qualidade nos produtos ofertados, quanto nas quantitativas; a quantidade demandada aumenta, a população começou a consumir mais produtos vindos das indústrias e estes vão desde bens de consumo popular a bens de consumo de luxo. (SOUZA, 2008, p.36).

Com a ocorrência de grandes mudanças no perfil de consumo da população, aumentou a demanda assim como a preocupação com o processo de substituição das importações se tornou maior, mas que por sua vez devia ser consolidado, ou seja, colocado em pratica, para que houvesse crescimento econômico do país. Fatos que se acumulavam com a questão do setor agrícola, principalmente o café (anteriormente citado no item 1.1.2), estava perdendo força dentro da economia nacional e abrindo mercado para os novos produtos.

O Plano implantado trouxe grandes mudanças para o perfil econômico e industrial do país, que a partir de então:

Para perceber as mudanças introduzidas ao longo do plano de metas, podem-se verificar as seguintes taxas de crescimento da produção industrial (para alguns setores específicos) entre os anos de 1955/1962:

- 1)Materiais de transporte: + 711%;
- 2)Materiais elétricos e de comunicação: +417%;
- 3)bebidas já haviam sido implantados passam a ceder o seu lugar aos bens duráveis para 4)Têxtil: +34%;
- 5)Alimentos: + 54%;
- 6)Bebidas: 15%. (GREMAUD, VASCONCELLOS; JR, 2005, p.384).

Como alerta Ohlweiler (1990, p. 154), pontua-se que o crescimento industrial sustentado em um novo bloco de investimentos desenvolve uma substancial modificação na estrutura industrial, principalmente no departamento de bens de produção leve e do departamento de bens de consumo para capitalistas (duráveis), o primeiro em condição dominante e o segundo em situação ainda importante, mas secundária, sendo que anteriormente o setor de bens de produção leve era superior a de bens duráveis. Enfim trata-se de um grande e inovador processo de pesada industrialização, grande investimentos e em varias áreas.

Durante o período do governo Kubitschek pode-se notar ramos tradicionais da indústria, como têxtil e alimentação, não ganha tanta ampliação em participação como os ramos metalúrgicos, mecânico e automobilístico, como já explicitado anteriormente com dados percentuais.

A instalação da indústria pesada promoveu uma notável expansão do capital industrial interno. Nos setores metal-mecânicos que surgem da demanda procedente da grande empresa estrangeira, favorece o nascimento, a ampliação e modernização das empresas nacionais (OHLWEILER, 1990, p.155).

A indústria automobilística teve grande destaque no programa de governo de JK, que acabou se tornando líder em crescimento industrial, em virtude do aumento da disponibilidade de energia elétrica e maiores incentivos a produção, com a criação de uma equipe de governo que trabalhou especificamente com a elaboração e execução de metas dentro da indústria automobilística. Conforme a tabela abaixo, que demonstra

o quanto os incentivos do governo foram positivos e os resultados tiveram uma media final de 92% em comparação a meta inicial.

Tabela 1: Veículos Automotores – Metas/Resultados

Veículos Automotores	Metas	Resultados	Índice De Nacionalização (Junho/62)
Caminhões E Ônibus	170.800	154.700	Caminhões: 93,0%, Ônibus: 86,4%
Jipes	66.800	61.300	90,9%
Utilitários	52.600	53.200	94,3%
Automóveis	58.000	52.000	89,3%
Total	347.700 ²	321.200	Média: 92,3%

Fonte: Furtado (1998, p.186) (adaptação).

Tal fato trouxe além de maior oferta de veículos para o país, que nesse momento investia em novas rodovias, mas proporcionou também expansão no setor de serviço consequentemente geração de emprego e renda, em áreas de investimento direto, as fornecedoras de insumos e matéria prima, foram beneficiados indiretamente.

Na tabela abaixo serão demonstrados a participação dos principais setores da economia na composição do PIB da época:

Tabela 2: Taxas de Crescimento do Produto e Setores (1955-1961)

Ano	PIB	Indústria	Agricultura	Serviços
1955	8,8	11,1	7,7	9,2
1956	2,9	5,5	-2,4	0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

Fonte: Gremaud, Vasconcellos, Jr (2005, p.384) (adaptação)

² Meta inicial: 100 veículos automotores em 1960;
Tratores (início da produção em fins de 1960);
Produção em 1962: 1.984 tratores leves; 4.779 médios; 823 pesados;
Total: 7.586 tratores (aumento de 352% em relação ao ano anterior). (GREMAUD, VASCONCELLOS, JR, 2005, p.384)

Na tabela pode-se notar os índices do PIB impulsionados pela alta no setor industrial nos anos 1958 a 1960. Durante todo o período de governo a agricultura não recebeu grandes incentivos, por isso quando comparado os índices da indústria aos de serviços, o último não teve grande crescimento, pois o objetivo do plano era rápida industrialização, que impulsionou também o desempenho do setor de serviços que mantém uma boa média, (desconsiderando o ano de 1956, em que a média dos três setores foram baixas).

O período de 1956 a 1961, como esclarecem alguns autores, pode ser considerado como uma nova fase no processo de industrialização do país, visto que houve uma grande implementação de investimentos. Foram inseridos grandes atributos tecnológicos, que geraram maiores índices de qualidade na produção, e também maior capacidade produtiva comparada a demanda pré-existente.

No próximo subitem será apresentado à abertura ao capital externo, com seus fatores e políticas, assim como sua importância para a implementação do plano.

2.2.2. Abertura ao capital externo

Muitos países subdesenvolvidos encontram dificuldades em se desenvolver uma vez que necessitam da cooperação internacional para conseguir tal fato, pois não tem recursos próprios suficientes, como foi o caso do Brasil, sendo extremamente importante que se atente a questão de que JK defendia a questão de que o país não está sendo vendido nem se recolonizando. O governo tinha como ideologia o desenvolvimentismo que prioriza a soberania nacional, por esta razão fôra bastante cauteloso nisto, afinal observava-se que a capacidade de capitalização de recursos internos era pequena, assim se tornara necessário buscar recursos internacionais que possa integrar aos nacionais era uma forma de fortalecer a economia brasileira, assim como é esclarecido no trecho a seguir:

Desenvolvimento esta, pois, queiram ou não, na dependência da cooperação internacional. Mas não há porque temê-la, já que quando atingirem a prosperidade, com ela lhes virá à plena soberania. Se o capital estrangeiro contribui para que os subdesenvolvidos se tornem prósperos, ao mesmo tempo contribui também para que se tornem soberanos (CARDOSO, 1978, p.170).

E um dos fatores usados para reforçar as forças políticas do governo como explica Ohlweiler (1990, p.155), foi à nova divisão internacional do trabalho, atuou após a recuperação da economia da Europa no período pós-guerra, consagrando um novo lugar para as economias subdesenvolvidas ou dependentes às economias centrais (desenvolvidas) mudando a condição de produtores de matéria prima *versus* fabricante de manufaturas para a condição de fabricante de manufaturas de consumo *versus* fabricante de bens de produção.

O desenvolvimento industrial no Plano de Metas se deu especialmente no setor produtor de bens de capital e bens de consumo duráveis, apresentando grandes taxas de crescimento que também impulsionaram os subsetores como mecânico, material elétrico e material de transporte, que são provenientes dos bens duráveis (FURTADO, 1998, p. 184).

O Brasil por ser um país de vasta extensão territorial, tem um grande mercado interno, e como afirmam alguns estudiosos, com o processo de substituição das importações teve esse quadro ampliado. Com um consumidor que estava descobrindo o consumo de bens duráveis, o país se tornou um espaço para as empresas multinacionais se desenvolverem de maneira privilegiada.

Com os incentivos oferecidos pelo governo para que empresas multinacionais viessem para o país, criou-se um mercado promissor para atuação de várias organizações de países distintos como: alemãs, americanas (no início apenas marginalmente), japonesas e holandesas, sendo que os três últimos países já tinham um acirramento de concorrência internacional que se estendeu também para os países em desenvolvimento (LACERDA, 2008, p.101). Vários países trouxeram investimentos ao país, em áreas distintas, como é explicado a seguir:

Tomando-se, por exemplo, os países ou as empresas internacionais que concorreram à execução do Plano de Metas, verifica-se que a participação inicial de empresas do país capitalista hegemônico – os Estados Unidos – era irrisória: eles não estiveram presentes na indústria de construção naval, que se montou com capitais japoneses, holandeses e brasileiros, na indústria siderúrgica, que se montou basicamente com capitais nacionais estatais (BNDE) e japoneses (Usiminas); nem se quer tinham participação relevante na própria indústria automobilística, que se mostrou com capitais alemães (Volkswagen, Mercedes-Benz), franceses (Simca) e nacionais (DKW). (OLIVEIRA, 1980 apud LACERDA, et al, 2008, p. 101).

As multinacionais começaram a investir no mercado nacional e promover um grande avanço, ampliação e desenvolvimento as empresas brasileiras que foram motivadas pela pesada industrialização implantada. Como esclarece Ohlweiler (1990, p.155) “[...] dando como resultado um complexo monopolista diferenciado tendo como centro a grande indústria estrangeira, em torno da qual gravitam como satélites as pequenas e médias empresas de capital local tanto fornecedoras como distribuidoras”. Desta forma, a intervenção internacional foi de grande valia para o início de um processo de industrializar o mais rápido possível, como era a grande meta de JK, estimulou-se vários setores a partir da entrada do capital externo.

Um dos maiores incentivos dados pelo governo para a entrada de capital foi a Instrução nº113, aprovada pela Sumoc (tinha a mesma função do atual Banco Central), que permitia as empresas estrangeiras que trouxessem para o Brasil maquinários e equipamentos, sem que houvesse cobertura cambial, além de outras ações também de incentivo (FURTADO, 1998, p. 179). Com este incentivo, investidores viram no país uma forma de assegurar os juros sobre o capital investido superior a outros países latinos americanos. Houve um grande aumento no montante de investimento no país assim como descrito a seguir:

Sob a forma de investimentos diretos (incluindo reinvestimento), a entrada anual de capital aumentou de US\$ 65 milhões no período 1950-55 para US\$148 milhões no período 1956-61. Além disso, no primeiro período, a remessa de lucros para o exterior superou os investimentos diretos, dando, portanto, um investimento líquido negativo, ao contrário do que ocorreu no período seguinte. (SOUZA, 2008, p.31).

No próximo subcapítulo são explicitadas as medidas que se tornaram necessárias para que o plano posteriormente a ser planejado pudesse ser implementado da maneira mais ideal.

2.3. Medidas de implementação do plano e sua administração

Todo o processo de formulação do Plano de Metas foi baseado em estudos e diagnósticos anteriores ao governo Kubitschek e visava o crescimento da estrutura industrial nacional, conseqüentemente o desenvolvimento econômico nacional, por metas quantitativas setoriais. O Plano considerava as áreas que se mostravam mais necessitadas dentro da economia nacional, buscando as fortalecer, a partir dos estudos preliminares, assim foram divididas conforme interesse dos mercados externo assim como esclarecido a seguir:

Contemplava investimentos nas áreas de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação, cujo montante orçado equivaleria a cerca de 5% do PIB no período 1957-61. Os setores de energia e transporte receberiam a maior parcela dos investimentos previstos no Plano (71,3%), a cargo quase que exclusivamente do setor público. Para as indústrias de base, foram previstos cerca de 22, 3% dos investimentos totais, sob a responsabilidade principalmente do setor privado (por vezes com ajuda de financiamentos públicos). As áreas de educação e alimentação receberiam os restantes 6,4% dos recursos totais (GIAMBIAGI, et al, 2005, p. 55).

Das cinco áreas contempladas pelo plano em quatro delas houveram importação e exploração assim como mostrado na tabela a seguir:

TABELA 3: Volume de Investimentos em Bilhões de Cr\$³ e Milhões de US\$ no período de 1957 – 61

	Produção Interna Cr\$	Importação Us\$	Importação Cr\$	Total Cr\$	%
Energia	110,0	862,2	69,0	179,0	42,4
Transportes	75,3	582,6	46,6	121,9	28,9
Ind. Básica	34,6	742,8	59,2	93,8	22,3
Alimentação	4,8	130,9	10,5	15,3	3,6
Educação	12,0	-	-	12,0	2,8
Total	236,7	2318,5	185,3	422,0	100

Fonte: Adaptação Conselho Do Desenvolvimento (1959) apud Pinto (2007, s.p).

A tabela 3 traz os investimentos em Cr\$ - moeda usada na época - com comparação ao US\$, nessa relação podemos destacar o desempenho da energia e transporte que tiveram um saldo positivo com destaque para a energia que obteve uma produção relativamente considerável, por sua vez, indústria de base e alimentação foram negativos quando comparados ao total importado. A educação não teve índices de importação.

O plano foi executado de forma paralela ao esquema administrativo existente, sendo criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento que tinha como função formular e executar as ações de desenvolvimento da nação, também a criação dos grupos de trabalho que davam acessórias ao Conselho cabendo a eles estudarem projetos já existentes e implantar metas quantitativas e normas que as regulassem, visando os recursos necessários ao Plano. A supervisão das metas estabelecidas foi entregue aos chamados grupos executivos formados dentro do conselho de desenvolvimento composto por representantes privados e públicos para que se fosse formulado com autoridade as ações aplicáveis a atividades industriais. (FURTADO, 1998, p.180).

O governo foi dividido em um par de administração onde as funções eram delegadas as equipes de trabalho específicas e tinham como função acentuar o poder do Estado em centralizava em si as demandas do demais cargos políticos de relevância do país, assim como esclarece no trecho a seguir:

³ Cerca de 70% valor adquirido em cruzeiros era de material importado.

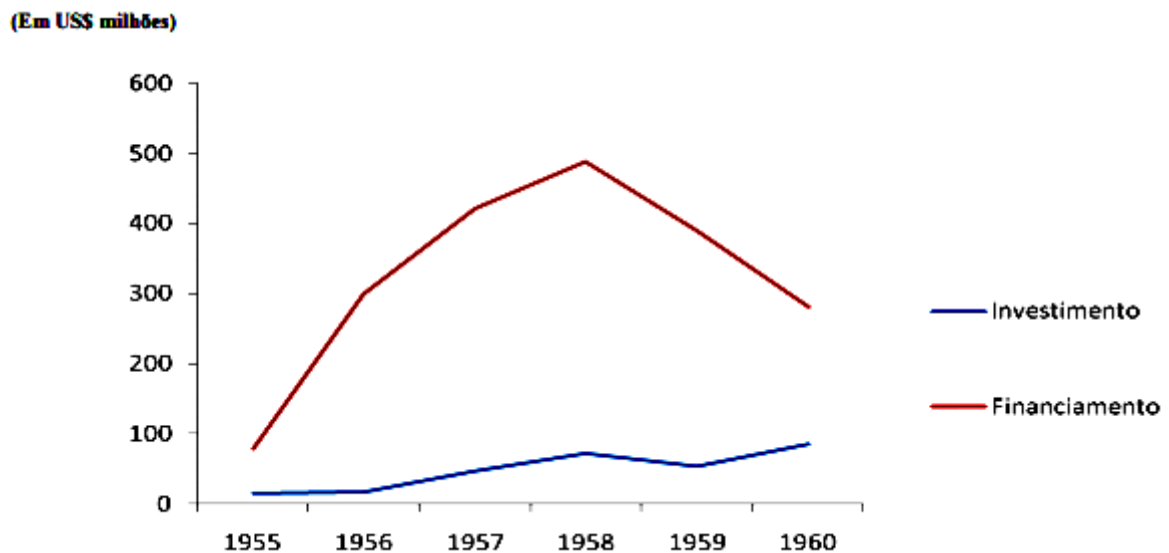
A administração direta – constituída dos ministérios e órgãos institucionais da administração pública – encarregava-se da ação política ordinária, de rotina administração do varejo ou política do feijão-com-arroz), e do atendimento possíveis a demandas de governadores e prefeito, deputados e senadores [...]. A administração paralela [...] por sua vez era encarregada do atacado, isto é, da implementação das grandes realizações da política econômica desenvolvimentista definida no Plano de Metas (BRUM, 2005, p. 237).

As equipes foram divididas de forma que “[...] eram integrados por profissionais considerados competentes, recrutados em três áreas principais: em órgãos chaves da administração pública dos setores diretamente interessados, na iniciativa privada e na área militar” (BRUM, 2005, p.238). JK com suas medidas visando o trabalho em equipe buscava conferir eficiência e eficácia nos processos do governo.

A política implantada pelo Plano dava atenção preferencial ao capital externo, buscando o financiamento dos gastos públicos estendendo os prazos de pagamento por meio de empréstimos feitos juntos a BNDE. O crédito que formava o capital de giro das empresas era tomado junto ao Banco do Brasil. (LACERDA, 2008, 98). Assim como o governo via que só por meio da intervenção do Estado na economia o país poderia mudar sua situação econômica. A participação estatal dentro da economia como forma de aumento de investimentos se torna notável, conforme descrito abaixo:

A participação do setor público na formação bruta de capital fixo, excluindo-se as empresas estatais, aumenta de 25,6% no período 1953/6 para 37,1% durante o Plano de Metas. No período 1956/61 a formação de capital do governo central cresceu á uma taxa real anual de mais de 15%. (ABREU, 1990 apud LACERDA, et al , 2008, p. 98).

O governo necessitava de altos financiamentos para que as metas fossem implementadas, embora soubesse que os investimentos seriam menores que o total financiado, o gráfico a seguir traz a relação financiamentos versus investimentos:

FIGURA 2: Disponibilidade de Recursos 1955/60

Fonte: Dados BNDES, Plano de Metas (1996) apud Montibeler et al. (2011, s.p).

A figura 02 retrata a relação entre financiamentos e investimentos durante a gestão de JK, fato que posteriormente ao período aumentou a dívida externa do país – como será apresentado no próximo capítulo. Os financiamentos trouxeram alto grau de endividamento principalmente porque aos investimentos não acompanharam o mesmo patamar de crescimento, realidade que confirma o receio à política de substituição das importações.

Para a execução dos projetos do Plano foram necessárias medidas e estratégias que mediassem tudo o que o foi planejado, por se tratar de tão grandes investimentos o governo necessitou de mudar a política da época, desde as questões fiscais até mesmo as formas de financiamento, que foram os grandes impulsionadores para desenvolver os pontos de germinação e os de estrangulamento encontrados antes do planejamento do Plano de Kubitschek. Os recursos foram basicamente provenientes:

- da nova legislação fiscal, que estabeleceu os fundos financeiros e empréstimos compulsórios;
- da captação de investimentos diretos – sob a forma de capital físico e financeiro (Lei 2.145/54 e Instrução 113 da Sumoc de 1955, abordadas anteriormente) – que foram fundamentais para atrair a poupança externa, inclusive tecnologia avançada imprescindível ao crescimento industrial;
- dos financiamentos (*supply credits*) e empréstimos concedidos por agências governamentais (USAID, Eximbank e outras) e internacionais (principalmente BID e Banco Mundial) (FURTADO, 1998, p. 180).

No próximo sub capítulo será abordada a construção da nova capital federal, Brasília, e como se deu o processo para projetar e implantar a promessa de campanha de Juscelino.

2.4. Construção da nova capital federal: Brasília

O ideal de nacional-desenvolvimentismo de Juscelino se instaura no Brasil, como uma política inovadora e de destaque, que impulsiona o país ao crescimento econômico acelerado, como era idealizado pelo governo. Como esclarecido por alguns autores a busca por um sólido e forte mercado interno, pelo fortalecimento industrial e a procura pelo capital externo são fomentos que JK utilizou para embasar seu projeto de aceleração do crescimento da economia brasileira.

Ações inovadoras caracterizaram a administração de Kubitschek que apesar de ter tido períodos turbulentos, antes e depois de seu período de governo, a segunda metade da década de 1950 pode ser considerada tranquila e estável, sem ameaças de golpes (CHAIA, 2008, P. 167). Com o ideal de neutralizar resquícios de crises políticas anteriores, Juscelino propôs com sua política desenvolvimentista motivar o apoio popular juntamente com a mobilização de recursos financeiros. Nessas condições busca-se instaurar o “novo” com o principal objetivo de propor o desenvolvimento relativo 5 décadas em seus 5 anos de governo. Como foi promessa de campanha durante o processo eleitoral de Juscelino e já estava previsto na constituição republicada de 1891, a construção de uma nova capital federal, trouxe a proposta de uma nova nação, um novo governo, um novo começo (FGV, 2015, s.p.). Tornou-se

relevante a mudança da capital federal, a chamada de meta síntese, por algumas razões esclarecidas a seguir:

Brasília é o projeto político composto por múltiplas facetas: incorpora o entusiasmo coletivo nacional; dinamiza o fluxo dos imigrantes trabalhadores agora atraídos pela construção da cidade; direciona a vontade construtora de intelectuais e artistas; e inclui na vida brasileira a sinalização de um futuro país mais justo e mais rico. Juscelino emerge como o governante que propõe romper com os modelos do passado e potencializar o país para ingressar numa etapa moderna (CHAIA, 2008, p. 167).

Brasília, a meta-síntese, trazia um alto grau de investimento para sua construção. Inaugurada em 21 de abril de 1960, teve em si uma representação da ideologia do capitalismo, com aspectos grandiosos foi considerada uma cidade progressista que representava a abertura de um polo de conquista, e desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, que antes não tinha sido desbravado e que possibilitou a comunicação entre regiões mais distintas e afastadas do sudeste, que poderiam ter como ponto de encontro à nova capital. O desejo pela construção era do próprio JK como é percebido a “[...] construção de Brasília, a meta-síntese, incluída depois da elaboração do plano, por vontade pessoal do presidente” (BENEVIDES, 1976, p. 210, CAMPOS, 1994, p. 319 apud BRUM, 2005, p. 235).

Em 19 de setembro de 1956, após o novo governo tomar posse, foi sancionada a Lei nº 2.874, que acabou criando a NOVACAP, que teve um curto prazo para desenvolver o projeto, pois tinham apenas o período de governo para terminá-lo em virtude da oposição não se conformar com o projeto e criar polêmica até mesmo na imprensa da época (FGV, 2015, s.p.). Tiveram alguns motivos pelos quais a construção da cidade se deu muito rapidamente:

Brasília foi construída em três anos - pelo menos seus principais prédios foram concluídos nesse prazo. Em 1958, o palácio da Alvorada tinha sua fachada mostrada na revista *Manchete*. JK sabia que, se a sede do governo não estivesse pronta na data prevista para sua inauguração, o projeto seria abandonado (FGV, 2015, s.p.).

O Plano do Governo foi o mais adequado à época nas questões específicas que propunham a mudança da capital federal, “[...] Segundo as estimativas, já que não há registros completos, a construção de Brasília teria consumido entre 2,5% a 3,0% do Produto Interno Bruto (PIB) da época” (BRUM, 2005, p. 235), foi também o mais moderno em arquitetura e urbanística, ele soube explorar o espaço até então inabitado. Foi formulado um projeto que trazia uma arquitetura futurista, e com uma monumentalidade desejada a uma capital federal, ou seja, grandiosa, assim como anos antes Juscelino realizou em Belo Horizonte – MG, onde reestruturou e projetou novas obras arquitetônicas no entorno da cidade. Braga, Falcão (1997, p.4) apud Alves (2005, p.14), disserta a respeito “[...] o único plano para uma capital administrativa do Brasil... claro, direto... fundamentalmente simples... tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido”.

Brasília se consagrou no cenário nacional, obtendo uma boa aceitação dos governos que o sucederam JK, sendo que a posse de Jânio Quadros já se deu na Praça dos Três Poderes, data em que a cidade atraiu a atenção de todo o país. “[...] A consagração de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, veio em 1987, quando a Unesco elevou a cidade à categoria de “patrimônio da humanidade””(FGV, 2015, s.p).

Durante o capítulo foi apresentado o contexto de governo de Juscelino Kubitschek, com foco no Plano de Metas, o desenvolvimentista projeto de governo. As metas foram extensas, afim de que os pontos de estrangulamento encontrados pudessem ser preenchidos de maneira que o país pudessem buscar o processo de substituição de suas importações para aumentar seu potencial industrial, consequentemente melhorar sua economia, desta forma foi necessário a abertura aos investimento estrangeiros, assim como outras formas de financiamentos. Por fim foi trazido um pouco sobre a construção de Brasília, juntamente com as razões para construção da nova capital federal.

No próximo capítulo serão abordados os efeitos que o plano de metas teve dentro do cenário nacional e seus desencadeamentos dentro das metas previstas.

3. REFLEXOS DO PLANO NO CENÁRIO SOCIOECONOMICO BRASILEIRO

O Plano de Metas teve vários reflexos sobre o cenário nacional, trazendo alterações tanto no quadro econômico quanto no social. No projeto foram contempladas cinco grandes áreas: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, sendo que a maior parte do que foi proposto foi cumprido, e o país mudou em sua estrutura econômica, passando de um Estado agrário para um país com uma base industrial mais robusta.

3.1. Relações dos indicadores econômicos e sociais

Durante todo o processo eleitoral de Juscelino, foi focado o fato de o país estar passando por um período de transição entre um passado agrário e rural para um futuro com alto grau de industrialização e urbano. Desta forma, seu plano de governo divulgado antes de ser eleito em 1955, intitulado como “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”, abordava a questão de se desenvolver de maneira acelerada e dessa forma transformar estruturalmente o país. Sob os ideais de Juscelino uma política de industrialização mais forte, era a solução mais eficiente para que se fossem resolvido problemas de um país populoso e territorialmente extenso, com um mercado interno em grande potencial e dotado de adequados e vastos recursos naturais (GIAMBIAGI, VILLELA, 2005, p. 4).

Os resultados das ações adotadas pelo governo podem ser percebidos nitidamente como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 4: Brasil: Plano de Metas – Previsão E Resultados, 1957 – 1961

Metas	Previsão	Resultados	(%)
Energia Elétrica (1.000 Kw)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000)	1000	230	23
Petróleo – Produção (1.000 Barris/Dia)	96	75	76
Petróleo – Refino (1.000 Barris/Dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 Kw)	3	1	32
Rodovias – Construção (1.000 Km)	13	17	138
Rodovias Pavimentação (1.000 Km)	5	-	-
Aço (1.000t)	1.100	650	60
Cimento (1.000t)	1.400	870	62
Carros e Caminhões (1.000 Unidades)	170	133	78
Nacionalização - Carros (%)	90	75	-
Nacionalização - Caminhões (%)	95	74	-

Fonte: Adaptação de Abreu et al.(1989, p. 180) apud Gremaud, Saes, Junior, (1997. p. 149).

Pode-se verificar o bom êxito do plano no comparativo realizado entre previsão versus resultados, quando se analisa as rodovias superaram a meta em 38%, já os demais, grande parte das metas teve resultado superior a 50%, os outros que obtiveram resultados inferiores foram combustíveis e a pavimentação de rodovias que não chegaram a começar a serem executadas. O resultado global pode ser considerado como surpreendentes, principalmente com relação ao PIB, como veremos a seguir. Em termos gerais erros/problemas na execução de algumas metas do plano foram atribuídos a áreas de incerteza.

O sucesso do plano pode ser atribuído ao grande desempenho do PIB, que teve saltos surpreendentes quando comparado a gestões anteriores, e que comprovaram o grande crescimento econômico. O crescimento da economia brasileira durante o período de JK é notável, e durante o governo que o sucede ainda pode-se sentir reflexos das políticas do Plano de Metas, como é descrito abaixo:

Após um crescimento modesto (2,9%) em 1956 – em decorrência, sobretudo, da queda da safra agrícola – entre 1957 e 1960 a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. Em 1961 – ano que inclui a breve passagem de Jânio Quadros pela presidência da república – a economia cresceu respeitáveis 8,6%, ainda embalada pelos vultosos investimentos do Plano de Metas de JK (GIAMBIAGI, VILLELA, 2005, p. 48).

Tratando-se do PIB o período em que Juscelino estava no poder fôra extremamente exitoso, a mesma relação não pode ser dada ao comportamento da inflação e finanças públicas no Brasil, fato que se deve muito ao financiamento necessário as metas e gastos estimados.

Tabela 5: Economia Brasileira: Síntese De Indicadores Macroeconômicos – 1956-1963 (Médias Anuais Por Período)

	1956-60	1961-63
Crescimento do PIB (% a.a.)	8,1	5,2
Inflação (IGP Dez./Dez., %a.a.)	24,7	59,1
Fbcf (% PIB a Preços Correntes)	16,0	15,2
Tx. De Cresc. das Exportações de Bens (US\$ Correntes, % a. a.)	-2,3	3,5
Tx. De Cresc. das Importações de Bens (US\$ Correntes, % a. a.)	3,2	0,0
Balança Comercial (US\$ Milhões)	125	44
Saldo em Conta Corrente (US\$ Milhões)	-290	-296
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	1,9	2,4

Fonte: Adaptação de Giambiagi, Villela (2005, p.48) apud GIAMBIAGI et al (2005, p.48).

Observando a tabela 5 pode-se perceber que o PIB teve um grande crescimento no início do período de investimento (1956-61), enquanto no início da década de 60, o percentual cai, e a balança comercial cai mais de 50% no segundo período em comparação ao primeiro. Também se pode destacar a taxa de exportação que em

decorrência dos investimentos passa de um valor negativo para positivo, assim como as importações no período posterior, em resposta ao processo de substituição das importações, a taxa acaba zerando.

Como ponto negativo do plano, ressalta-se na tabela anterior a dívida externa que acaba sendo acrescida, e a inflação que mais que dobrou no segundo período, em decorrência dos gastos públicos em demasiado. Há um argumento que apresenta as contas públicas como responsáveis pelo crescimento inflacionário que se baseia na teoria monetarista da inflação que entende que a causa do aumento geral dos preços é o processo de expansão da moeda gerado pelo excesso de demanda. Em contra partida existe outro argumento que se fundamenta em afirmar que o problema não seria o excesso de demanda, mas sim a insuficiência da oferta para o mercado interno (SOUZA, 2008, p. 430).

Como está exposto, o Plano de Metas trouxe um grande temor, com relação às contas públicas e endividamento externo, mas em contra partida o período de desenvolvimento já superava a proposta de substituição das importações, pois vai além de um possível estrangulamento externo, mas uma grande interação entre os setores internos da economia que passam ter uma indústria interna mais robusta.

Com todos os investimentos, que ocorreram durante o período de governo e o cenário político da época existiram quatro pontos a se ponderar, para que se possa justificar a desaceleração no crescimento econômico que acontecera nos anos subsequentes, principalmente com relação ao PIB, que tinha voltado a decrescer, após um período de grande desempenho, como esclarecidos a seguir:

A expansão anterior tinha acusado um crescimento da indústria de bens de consumo para capitalistas (duráveis) superior a demanda, que na época se restringia em grande parte efetivamente a cúpula capitalista. Em segundo lugar, esgotara-se o padrão industrial substitutivo de importações e os empresários respectivos não acharam onde realizar novos campos de investimento. Em terceiro lugar o país atravessava um período de crise política. E finalmente em quarto lugar, o Estado, que tinha realizado investimentos demasiadamente altos na vigência do plano de metas da administração Kubitschek, estava virtualmente falido do ponto de vista financeiro e não tinha como continuar mantendo o ritmo de investimentos governamentais (OHLWEILER, 1990, p. 157).

No que se refere às questões sociais também obtiveram avanços, primeiramente com a geração de empregos, nas construções civis do governo (com destaque a construção de Brasília), empregos dentro da indústria (incentivos principalmente a indústria de base) e até no setor de serviços, de maneira direta e indireta. O objetivo anunciado por Juscelino foi de abrir oportunidades a um “[...] futuro melhor assim sendo aumentando o padrão de vida da população” (GIAMBIAGI, 2005, p. 49), em termos gerais, pode-se considerar que tais propósitos foram cumpridos pelo governo.

Houveram reflexos das medidas implementadas pelo governo também na parte social, considerando que houveram bons desempenhos comparados a períodos anteriores, como é esclarecido abaixo:

Ao longo da década de 1950 – o que, é verdade, também inclui o período anterior ao mandato de JK – a esperança de vida ao nascer dos brasileiros passou de 45,9 para 52,7 anos. No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu de 144,7 para 118,1 por 1000 nascidos vivos. Finalmente foi na década de 1950 que o analfabetismo deixou de caracterizar a maioria da população com mais de 15 anos de idade (GIAMBIAGI, VILLELA, 2005, p. 48).

No próximo subcapítulo será apresentado como a indústria brasileira se alicerçou no mercado.

3.2. Consolidação da nova estrutura industrial brasileira

O processo de industrialização do Brasil começou tardiamente, quando comparado a outros países, e foi necessário que houvesse uma intervenção do Estado, que notou que com a decadência do café, precisaria ter uma indústria reforçada para obter crescimento durante os períodos subsequentes, como esclarece o trecho a seguir:

A industrialização hipertardia no Brasil confere ao capitalismo monopolista do Estado particularidades específicas: a importância crucial da intervenção econômica do Estado diretamente na produção; a extensão do processo de internacionalização do sistema produtivo; e a profundidade do controle estatal no tocante ao processo de acumulação (OHLWEILER, 1990, p.156).

O Plano incentivou positivamente o processo de substituição das importações, principalmente no setor de bens de consumo duráveis, mas também em ramos de maquinário e energia elétrica. Conforme esclarece Lacerda, et al (2008, p. 103) A economia brasileira foi aquela que mais se destacou quando comparada a outros países da America Latina e também no conjunto de outros países não industrializados.

No período 1956-61 pode-se observar no cenário macro econômico mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à participação percentual de empresas nacionais na construção do PIB, fatos que se devem a reestruturação do setor industrial e manufatureiro.

TABELA 6: Brasil: PIB Por Classe De Atividade Econômica, 1947 – 1963 (Participação Percentual Media Do Período).

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1947/49	22,4	24,7	52,9	100,0
1950/54	24,2	24,9	50,9	100,0
1955/59	20,1	29,0	50,9	100,0
1960/63	17,0	32,6	50,4	100,0

Fonte: Adaptação IBGE (1987, tabela 4.10, quadro 7, p. 117-118) apud Gremaud, Saes, Junior (1997, 119).

Conforme se pode observar na tabela 6 a indústria no período pós-segunda guerra ganha espaço no PIB nacional, se destacando mais do que a agropecuária, que em períodos anteriores desempenhava uma posição dentro da economia nacional de destaque, até mesmo em virtude de grande parte da população residir no campo, com isso a economia girava em torno da produção rural. O setor da agricultura diminui sua parcela de participação no PIB, (situação decorrente principalmente da crise cafeeira que permeia a sociedade desde a crise 1929, quando o café passou por uma constante decadência em seu valor de mercado) enquanto o setor industrial cresce (situação que o governo JK também incentiva, investindo na industrialização), embora não alcance a parcela representada pelo setor de serviços.

TABELA 7: Brasil Taxas de Crescimento do PIB e Produto Industrial, 1950-1963 (Porcentagem Em Relação Ao Ano Anterior).

Ano	PIB	Produto Industrial
1950	6,8	12,7
1951	4,9	5,3
1952	7,3	5,6
1953	4,7	9,3
1954	7,8	9,3
1955	8,8	11,1
1956	2,9	5,5
1957	7,7	5,4
1958	10,8	16,8
1959	9,8	12,9
1960	9,4	10,6
1961	8,6	11,1
1962	6,6	8,1
1963	0,6	-0,2

Fonte: Adaptação Abreu (1989, p. 403.) apud Gremaud, Saes, Junior, (1997, p.147).

Na tabela 7 pode-se observar o crescimento do PIB durante a década de 1950, contudo em 1956 sua drástica queda (comparado a anos anteriores) com apenas 2,9% de aumento, ano em que se dá a posse de JK, e o governo ainda esta iniciando seus trabalhos obtendo seu auge em 1958 com 10,8% de aumento, mantendo-se com um elevado índice de crescimento até o final de seu mandato.

Houve grandes mudanças no PIB, que passa a ter o setor industrial em grande desenvolvimento, elevando também “[...] a *renda per capita* ⁴ que passa a 5,2% a.a. [...] enquanto nos dez anos anteriores a média anual havia sido de [...] 3,6% a.a.”(BRUM, 2005, p. 241). A indústria apresenta ganhos significativos de comercialização, enquanto o setor agrícola encontra-se em declínio, conforme a seguir é esclarecido:

⁴ Renda per capita é o resultado da soma de tudo que é produzido em uma nação no ano. Em geral, os países expressam a renda per capita em dólar, que no caso é a moeda referência no mundo, para realizar comparações entre os países. Para conceber a renda per capita de um país é preciso dividir o PIB pelo número de habitantes, o resultado é a renda per capita, que corresponde ao valor das riquezas que caberia a cada indivíduo (FREITAS, 2015, s.p.).

Em 1950, o setor agropecuário respondia por 24,3% do PIB brasileiro, participação próxima a da indústria (24,1%). A indústria de transformação por sua vez, entrava com aproximadamente 18,7% do PIB naquele ano, enquanto os serviços correspondiam aos restantes 51,6%. Em 1955 – ano anterior a posse de JK – os pesos dos setores agropecuário e industrial no PIB pouco haviam se alterado sendo de 23,5% e 25,6%, respectivamente (o peso da indústria de transformação havia subido para 20,4% em 1955). A partir da implementação do plano de metas o quadro muda radicalmente: o setor agropecuário perde espaço para o setor industrial e, em 1960, tem peso de 17,8% no PIB (ou seja, um recuo de 5,7 p.p. em apenas cinco anos) contra 32,2% da indústria (25,6% da indústria de transformação) (GIAMBIAGI; et al, 2005, p. 50).

O plano que inicialmente tem o objetivo de substituir as importações acaba por ajudar as empresas a superar seus próprios problemas de estrangulamento externo (limites a obtenção de crédito e a capacidade de importar), e tem como consequência uma indústria muito mais madura e alicerçada, que busca interação com vários outros setores e subsetores da economia brasileira. Pode-se destacar o grande avanço que o setor de bens duráveis e de capital ganharam com os investimentos como destacado na tabela a seguir:

Tabela 8: Valor Adicionado Industrial em 1952 e 1961

Subsetor	Particip. % 1952	Particip. % 1961	Tx. Cresc. Anual 1952-61, %
Não Duráveis	55,4	40,0	7,7
Duráveis	6,0	12,0	18,2
Intermediários	32,5	35,7	12,8
Capital	6,1	12,3	20,3
Total	100,0	100,0	11,6

Fonte: Adaptação Sochaczewski (1993, p.79) apud Giambiagi, Villela (2005, p.51).

A tabela 8 auxilia a análise do desenvolver da economia durante o governo JK, em que a situação se inverteu o setor de produção de bens não duráveis⁵ tinha uma participação maior na economia antes do Plano de Metas, posteriormente cai em queda

⁵ “Os bens de consumo não duráveis são aqueles feitos para serem consumidos imediatamente” (PACIEVITCH, 2015, s.p).

enquanto o setor de bens duráveis⁶, que teve grande incentivo em investimentos, cresce o dobro de seu índice anterior, com uma estrutura econômica interna é determinante para determinar a dinâmica da indústria nacional.

Diversos setores ganharam destaque durante a gestão de JK, especialmente o industrial, que teve crescimento reconhecido nas áreas da indústria siderurgia e automobilística (BRUM, 2005, p.241). A indústria nacional ganha grandes proporções e finaliza o período JK muito mais robusta do que entrou trazendo grande desempenhos, como esclarecido a seguir:

Entre 1955 a 1961 a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%) (SKIDMORE apud BENEVIDES, 1976, p.204 apud BRUM, 2005, p.241).

No próximo subcapítulo, será apresentada uma correlação entre os discursos de JK com as medidas implementadas pelo mesmo.

3.3. Discursos de Juscelino versus medidas implementadas no governo

Juscelino em toda sua vida política foi um homem de discursos com temática voltada para o desenvolvimentismo, propondo superar a então situação de atraso e propor a busca pela prosperidade. Como esclarece Brum (2005, p. 231) “[...] foi no período JK que o termo desenvolvimento se incorporou ao repertório vocabular no país, usado em substituição à palavra progresso”, que passou a compreender a elevação do equilíbrio social, qualidade de vida entre outros aspectos além do econômico.

Kubitschek era convencido de que para que a situação do país realmente mudasse, necessitava de uma intervenção do Estado, neste sentido idealizou (antes de se eleger presidente) o “Plano Nacional de Desenvolvimento”, em que se propunha a

⁶ “Os bens de consumo duráveis são aqueles que podem ser utilizados várias vezes durante longos períodos” (PACIEVITCH, 2015, s.p).

definir em quais campos atuaria a iniciativa privada em qual o Estado deveria intervir e em quais atuariam em simultaneidade. O principal objetivo do plano era acelerar o crescimento econômico, aumento da produtividade existente e investir mais em atividades produtivas já existentes, sendo que o objetivo final era melhorar a qualidade de vida da população, para atingir tais finalidades foram listados alguns objetivos, que serão descritos abaixo:

- 1- Expansão dos serviços básicos de energia e transporte.
- 2- Industrialização de base
- 3- Racionalização da Agricultura
- 4- Valorização do Trabalhador
- 5- Educação para o Desenvolvimento
- 6- Planejamento Regional e Urbano (OLIVEIRA, 1955, p.39).

Alguns dos objetivos do Plano de desenvolvimento estiveram presentes dentro do real plano implantado pelo governo, o Plano de Metas. Sendo que os pontos 1, 2 e 3 realmente tiveram destaque, com alto grau de investimento, já o ponto 5 esteve dentro dos objetivos mas com pouca eficiência, os pontos 4 e 6 os mesmos não estiveram inclusos como objetivos do plano.

Juscelino em todo seu plano de desenvolvimento sempre soube da importância que a cooperação internacional teria para que o país tivesse condições de crescer, principalmente economicamente, e tal fato era imposto em seus discursos como condição necessária para o progresso, conforme esclarecido abaixo:

Impõe-se ressaltar... a dependência, em que se encontrará qualquer plano de desenvolvimento de uma cooperação econômica internacional mais ampla, tanto no que respeita as capitais e a assistência técnica, como no que refere a acordos intergovernamentais sobre mercados e produtos (JK, 1959, p.98, apud CARDOSO, 1978, p. 168).

Na década de 50 era inviável um projeto de desenvolvimento independente, assim como JK ressaltava por razões externas e internas (principalmente a falta de capital nacional próprio), por esta questão se tornou necessário à busca por capital estrangeiro principalmente para financiamento do processo de substituição das importações, que visava fortalecer a industrialização, para que a mesma pudesse suprir o mercado

nacional ou pelo menos diminuir a demanda por produtos internacionais. A visão de JK pode ser confirmada por suas palavras: “[...] A industrialização... é a diretriz verdadeira para a aceleração do desenvolvimento econômico de um país populoso, com um grande mercado interno potencial e dotado de adequados recursos naturais” (OLIVEIRA,1955, p.125). Com uma ideologia desenvolvimentista Juscelino sabia do potencial econômico do país, e por isso tinha consciência de que era necessário que fosse realizado um alto grau de investimento, assim como realmente foi realizado durante seu mandato em que houveram políticas que incentivaram a entrada do capital estrangeiro para que se investisse na economia brasileira, e os valores foram bastantes significativos conforme detalhados abaixo:

No período de 1955 a 1961 entraram no Brasil US\$ 2,18 bilhões, sendo que mais de 95% desses recursos foram aplicados nas áreas prioritárias do governo. Por outro lado mais de 80% do capital estrangeiro, no referido período entrou sob a forma de empréstimo e financiamentos (BRUM, 2005, p. 245).

Com os investimentos no setor industrial vieram também as oportunidades para a criação de postos de trabalho que foram surgindo à medida que a indústria ganhava maiores proporção, com isso, JK também conseguiu atingir a população com a geração de novos postos de trabalho. A principal característica de Juscelino como governante era a ação. Trazia uma imagem de um administrador público inovador e extremamente empreendedor, sendo que sua principal característica era o gosto por buscar o constante crescimento, e com isso impulsionou também o consumo, com a geração de renda, embora o fato não perpetuou por muito tempo, em virtude da corrosão da moeda provocada pela inflação.

A expansão econômica provocou a geração de empregos, incorporando um maior contingente de trabalhadores no processo produtivo. Como as prioridades da política governamental estavam voltadas a implantação de um patamar mais elevado de industrialização houve necessidade de incorporar mão de obra com maior qualificação, inclusive técnicos de nível superior. (BRUM, 2005, p. 243).

Embora o plano de Educação do programa de governo não teve grandes investimentos, poderia ter sido uma grande fonte de mão de obra qualificada para a indústria que muito demandava em virtude do grande investimento tecnológico. Uma grave falha do governo foi manter o foco somente no investimento em infraestrutura física e carecer de investimento intelectual, o que ocasionou em períodos subsequentes na falta de profissionais especializados no país.

Durante este capítulo foram apresentados dados que sintetizam um pouco da atuação de Kubitschek durante seus anos de governo, nos quais muito mudou-se no país, com a entrada de investimentos em novas áreas, fatos que ocasionaram uma nova estrutura econômica, e consecutivamente algumas questões sociais também ganharam destaque, a seguir é apresentado resumidamente alguns pontos relevantes, que foram trazidos ao longo presente capítulo:

- 1- PIB médio do período: 8,1% a.a.;
- 2- Crescimento em relação à meta do plano:
Energia: 82%;
Construção de rodovias: 138%;
- 3- Crescimento industrial do período: 80%;
- 4- Renda *per capita*: crescimento de 3,6% a.a. para 5,2% a.a. ;
- 5- Mortalidade infantil: cai de 144,7 para 118,1 a cada 1.000 nascidos vivos;
- 6- Expectativa de vida: passa de 45,9 para 52,7 anos;
- 7- Inflação média do período: 24,7% a.a.;
- 8- Dívida externa média do período: 1,9% a.a..

A partir de tais dados é possível perceber como o cenário brasileiro sofreu varias mudanças durante esta gestão que trouxe algumas variáveis, que serão trabalhadas para responder o problema de pesquisa a seguir nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso de um governo é medido por inúmeras variáveis, tanto internas como externas, que se somadas precisam estar em consonância, para que os projetos e intenções do governo possam realmente ser concretizados da maneira como foram idealizados. O período de governo de Juscelino se tornou referência no trabalho em equipe, onde todas as diretrizes de seu programa eram de responsabilidade de um grupo específico, se tornando assim mais fácil de gerenciar, e definir estratégias específicas de ações para se atingir os objetivos o mais eficazmente possível.

A década de 1950 foi considerada uma época de muitas mudanças em âmbitos nacional e mundial. No cenário internacional a economia se recuperava dos desgastes causados pela segunda guerra, e em âmbito nacional o país sofreu um grande crescimento econômico, durante o período de governo Kubitschek. O Brasil atingiu grandes desempenhos quantitativos e qualitativos, impulsionando a indústria nacional como nunca antes.

Com base no problema de pesquisa “Quais os efeitos socioeconômicos do Plano de Metas sobre a economia brasileira no período 1956-61?”, pode-se verificar que ao longo da pesquisa o Plano de Metas, fôra um plano com alto grau de investimentos que viabilizaram uma grande expansão de certos setores da indústria nacional, com destaque a indústria de base e automobilística, promovendo uma grande abertura ao capital externo, permitindo a gestões futuras, grande herança industrial. O período de governo também promoveu crescimentos sociais como o aumento da renda *per capita*, e o alavancar na oferta de empregos (principalmente nas indústrias), também foi durante seu período de governo que a mortalidade infantil diminuiu, assim como a expectativa de vida aumentou.

No entanto não foi visto em tudo como exitoso. Os grandes focos do governo foram os investimentos em energia, indústria de base e automobilística. O setor de transportes embora estivesse dentro do plano como complementar a proposta de aumentar a frota de automotores no país não teve grandes investimentos ao fim do

período de governo como quando comparado o crescimento da indústria de automotores. Alimentação (com foco na industrialização agrícola) e Educação (com ênfase na formação técnica para atividades produtivas) tinham os menores percentuais de investimentos, embora mostrassem uma ligação muito próxima dos grandes investimentos e não tiveram destaques dentro das ações executadas pelo governo.

Com o crescimento econômico acelerado pode-se observar que o PIB, impulsionado pela indústria, teve papel de destaque como reflexo das ações adotadas. As multinacionais ganharam muito espaço dentro do mercado brasileiro e em consequência às empresas privadas nacionais perderam grande mercado para as mesmas. A indústria nacional aumentou sua dependência ao capital externo e sua tecnologia, para e manter na direção desejada era necessário fazer grandes importações de muitos bens e equipamentos que o país ainda não produzia.

O planejamento projetado por Juscelino se mostrou de suma importância, visto que permitiu que toda sua equipe se interessasse, e ele mesmo tivesse maior controle dos projetos, fato comprovado pelo período de construção de Brasília, em que as metas precisavam ser mais rápidas que no também acelerado plano de Metas.

O ritmo expansionista do governo trouxe grandes consequências às gestões futuras, pois os gastos do governo com grandes obras arquitetônicas e as excessivas demandas por insumos importados sem criar estímulos às exportações, ocasionaram uma retração no ritmo de desenvolvimento com elevados níveis inflacionário e crises cambiais.

Apesar das contradições do governo JK, o período ficou marcado como de grande otimismo pelo crescimento econômico nacional, que embora não teve muitas políticas públicas para a população em geral, Kubitschek era extremamente desenvolvimentista e nacionalista e com isso buscou estimular o mesmo na população, e também em sua equipe e acabou se tornando um referencial da segunda década de 1950 dentro do cenário nacional.

Por fim através dos estudos deste trabalho pode-se perceber quantas mudanças ocorreram durante o período de 1956-61 e o quanto estas foram importantes para o desenvolver econômico do país. Houveram pontos positivos e negativos, cada

qual com suas relevâncias, mas que mostraram o quanto é necessário um planejamento, a falta de eficiência em alguns objetivos mostraram que foi em detrimento a outros que o governo considerou mais relevante por isso investiu mais nos mesmos.

Espera-se que esta pesquisa venha a servir de base para outros estudos, que busquem fazer a mesma correlação dos pontos estratégicos de um governo com o plano econômico adotado no período, ou seja, como ocorreu com o Plano de Metas de JK. Faz importante destacar o quão interessante foi estudar estes anos de governo democrático, em que o país foi marcado por uma larga expansão econômica, com alto índice de crescimento no PIB, período este que claramente se contrapõe ao momento atual em que vivemos, caracterizado por uma taxa de crescimento negativa e pelo desemprego em alta.

.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lara Moreira. A Construção de Brasília: Uma contradição entre Utopia e Realidade. I Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP, 2005. Disponível em <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2004/ALVES,%20Lara%20Moreira%20-%20IEHA.pdf>> Acesso em 23 jun 2015.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 24 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CARVALHO, M. M.; LAURINDO, F.J.B. *Estratégia Competitiva – dos Conceitos a Implementação*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. 1978.

CHAIA, V.; CHAIA M. *A Dimensão Política de Brasília*. Caderno Metrópole 20, pp. 165-178, 2008. Disponível em<http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm20_140.pdf > acesso em 23 jun 2015.

COUTO, Ronaldo Costa. *Juscelino Kubitschek*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2011. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7549>>. Acesso em 03 jun 2015.

CERTO, S.A et al. *Administração Estratégica – Planejamento e implementação da Estratégia*. 2. Ed. São Paulo: Pearson, 2005.

CUNHA, Helton Santos. *Juscelino Kubitschek 1956 – 1960: Características de uma trajetória do padrão de desenvolvimento econômico brasileiro*. Monografia (Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/103871/Monografia%20do%20Helton%20Santos%20da%20Cunha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 maio 2015.

FREITAS, Eduardo de. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/nivel-renda.htm>>. Acesso em 20 out 2015.

FGV. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC, O governo de Juscelino Kubitschek*. São Paulo, 2002. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em 01 jun 2015.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GREMAUD, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S.; JR, R. T. *Economia Brasileira Contemporânea*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GREMAUD, A. P.; SAES, F. A. M.; JUNIOR, R.T. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 10. Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

JOAQUIM, Francielen Rose. *Plano de Metas e as consequências na industrialização brasileira*. Monografia (Ciências Econômicas), Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291806>>. Acesso em 01 jun 2015.

LACERDA, Antonio Corrêa. et al. *Economia Brasileira*. 3 ed. São Paulo, Saraiva: 2008.

LOUREDO, Paula. *Brasil Escola*. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/doencas/xenofobia.htm>>. Acesso em 20 out 2015.

MITZBERG, H. et al. *O Processo da Estratégia – Conceitos, Contextos e Casos Selecionados*. Trad. Luciana de Oliveira Rocha. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MONTIBELER, E. E. et al. *Análise comparativa do Plano de Metas com o programa de aceleração do crescimento*. 2011. Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/cccss/13/mlpu.pdf>> Acesso em 02 ago 2015.

OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução Sócio - Econômica do Brasil – Do Descobrimento a Nova Republica*. 2. Ed. Santa Maria – RS: Ortiz, 1990.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai LTDA, 1955.

PACIEVITCH, Thais. *Info Escola Navegando e Aprendendo*. Disponível em <<http://www.infoescola.com/economia/bens-de-consumo/>> Acesso em 09 set 2015.

PINTO, Jose Roberto de Souza. *O Brasil dos anos 50 e o Plano de Metas do governo JK*. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em <http://www.wirelessbrasil.org/wirelessbr/colaboradores/j_r_souza_pinto/plano_de_metas_jk.html> Acesso em 20 jun 2015.

SOUZA, Nilton Araújo. *Economia Brasileira Contemporânea: de Getulio a Lula*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, Mauro Calixta. *Gestão Estratégica*. 2. ed. 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GREMAUD, A. P.; JUNIOR, R. T. *Economia Brasileira Contemporânea: Para os Cursos de Economia e Administração*. São Paulo: Atlas, 1996.

APÊNDICE

QUADRO 1: ÁREAS E METAS DO PLANO

Energia (Metas 1 a 5)	
Meta 1: Energia Elétrica	Visava aumentar a capacidade instalada de energia de 3.550.000 KW em 1955 para 5.000.000 KW em 1960, lançando uma base de 8.000.000.
Meta 2: Energia Nuclear	Visava a expansão da metalurgia de minerais atômicos de 10.000 KW.
Meta 3: Carvão	Visava a produção de carvão para 2.500.000t em 1960.
Meta 4: Petróleo (produção)	Visava alcançar a produção de 90 mil barris diários em 1960.
Transporte (6 a 12)	
Meta 5: Petróleo (refino)	Visava atingir o refino de 175 mil barris por dia.
Meta 6: Reequipamento de Rodovias	Visava compra de 230 maquinas locomotivas, diesel e elétricas; compra de 651 carros-passageiros e 12.415 vagões de carga; reparo da via permanente, com a compra de novos trilhos para 5.016 km da via permanente.
Meta 7: Construção de Ferrovias	Visava o acréscimo de 1500 KM a rede existente.
Meta 8: Pavimentação de rodovias	Visava aumentar a pavimentação de 3000KM .
Meta 9: Rodovias (construção)	Visava a construção de 10.000 KM de novas estradas federais.
Meta 10: Portos e Dragagem	Visava o reequipamento dos portos e intensificação dos trabalhos de dragagem, construção de novos armazéns e compra de equipamento para manuseio, com investimento de US\$ 32, milhões e Cr\$ 5,9 milhões.
Meta 11: Marinha Mercante	Visava um aumento da frota de cabotagem e longo curso de 330 mil toneladas e da frota de petroleiros de 200 mil (deadweight).
Meta 12: Transporte aéreo	Visava a renovação do equipamento

	aéreo (42 aeronaves para frota comercial).
Alimentação (Metas 13 a 18)	
Meta 13: Trigo	Visava aumentar a eficiência de produção agrícola de 700 mil para 1,5 milhão de toneladas.
Meta 14: Armazém e silos	Visava aumentar a capacidade de armazenamento para 530 mil toneladas.
Meta 15: Frigoríficos	Visava aumentar a capacidade de armazenagem para 100.000 t.
Meta 16: Matadouros industriais	Visava aumentar a capacidade de abate diário e de estocagem de congelados, 3.550 bovinos e 1.300 suínos.
Meta 17: Mecanização da Agricultura	Visava aumentar o numero de tratores em uso no país de 45 mil para 72 mil unidades.
Meta 18: Fertilizantes	Visava aumentar o suprimento de fertilizantes de 18 mil para 120 mil toneladas.
Indústria de Base (Metas 19 a 29)	
Meta 19: Siderurgia	Visava aumentar a produção de lingotes de aço laminados de 1 milhão para 2 milhões de toneladas por ano em 1960 e para 3,5 milhões de toneladas em 1965.
Meta 20: Alumínio	Visava aumentar a meta de 18.800 toneladas em 1960 e 42 mil toneladas em 1962.
Meta 21: Metais não ferrosos	Visava aumentar a produção anual, em 1960 de 18 mil toneladas para 20 mil toneladas (cobre chumbo, estanho, níquel, etc).
Meta 22: Cimento	Visava aumentar uma capacidade instalada de produção de 5 milhões de toneladas de cimento, Portland comum em 1960.
Meta 23: Álcalis	Visava aumentar a capacidade de 150 mil toneladas de álcalis e subprodutos.
Meta 24: Papel e celulose	Visava aumentar em 1960 a produção de 200 mil toneladas de celulose e 450 mil toneladas de papel de vários tipos.

Meta 25: Borracha	Visava um aumento na produção de borracha de 22 mil para 65 mil toneladas, com início da fabricação da borracha sintética.
Meta 26: Exportação de minério de ferro	Visava exportar 8 milhões de toneladas de minério de ferro em 1960.
Meta 27: Indústria automobilística	Visava uma produção de 100 mil veículos a motor em 1960.
Meta 28: Indústria da construção naval	Visava estabelecer a indústria da construção naval no país.
Meta 29: Indústria mecânica pesada e de material elétrico	Visava à expansão desse tipo de indústria de bens de capital em virtude da demanda derivada de outras metas.
Educação	
Meta 30: Educação	Visava intensificar a educação para o desenvolvimento, aumentando as oportunidades de instrução nos níveis primário, técnico e superior.

Fonte : Adaptação Cunha (2012, p. 63)